



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDREZA FEDALTO

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
DA/O ASSISTENTE SOCIAL

FORTALEZA
2020

ANDREZA FEDALTO

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Serviço Social do Centro Universitário Fametro – Unifametro – como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a M.^a Leiriane de Araújo Silva.

FORTALEZA

2020

F292c Fedalto, Andreza.
A contribuição da educação popular na prática pedagógica da/o assistente social. /
Fortaleza, 2020.
23 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de graduação em Serviço Social, Fortaleza 2020.
Orientação: Prof^a. Ma. Leiriane de Araújo Silva.

1. Educação Popular. 2. Serviço Social. 3. Práxis. I. Título.

CDD 370.194

ANDREZA FEDALTO

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no dia 15 de dezembro de 2020 como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Centro Universitário Fametro – Unifametro, tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelas professoras:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Leiriane de Araújo Silva

Orientadora – Centro Universitário Fametro (Unifametro)

Prof.^a Dr.^a Adriana de Oliveira Alcântara

Membro - Centro Universitário Fametro (Unifametro)

Prof.^a Dr.^a Jane Meyre Silva Costa

Membro - Centro Universitário Fametro (Unifametro)

À nona, à mãe e à minha irmã,
representando todas as mulheres
que encontrei nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Entendendo o conhecimento como sendo uma produção coletiva da humanidade, agradeço a todas/os que vieram antes de mim e que participaram ativamente na construção da nossa história.

A todas/os que fazem a Educação popular uma realidade em um processo educativo com amorosidade e esperanças dias melhores.

A todas as professoras e professores, que me auxiliaram nesta trilha do conhecimento e mostraram-se grandes Educadoras/os. Um agradecimento especial a Adriana de Oliveira Alcântara, Edna Maria Leite Dias e Jane Meyre Silva Costa que estiveram presente na conclusão deste trabalho com o afeto e escuta amorosa que eu precisava.

Ao Grupo Trassos, com quem compartilhei experiências de vida e construí saberes. Em especial aos meus amigos, Leiriane de Araújo Silva e Davi Cartaxo. Gratidão por proporcionarem espaços de partilha e acolhida.

Esta conquista é de todas/os que estiveram comigo nesta jornada, aqui tem um pedacinho de cada vivência que tive ao longo destes quatro anos. O convívio com a diversidade das minhas colegas de turma, a afetividade que encontrei na turma de Terapia Comunitária junto ao Movimento de Saúde Mental, o foco no cuidado e autocuidado que vivenciei com equipe do CEDECA-Ce, as negociações e lutas coletivas que participei com as/os colegas do movimento estudantil, o apoio que recebi de meu grande amigo Rafael Sanches e da acolhida da Danny Lima, com quem partilho sua família felina – Frida, Leon e Nego.

A minha família felina, Mimi (Micholeta) e Pic (Piquininha), e, em memória do meu 'trabalhoso companheiro' Zé (José Paulo Neto).

A minha família humana, com quem construí minha base e que me oportunizaram viver a liberdade e a autonomia. Gratidão especial a matriarca da família, a Nona, que me inspirou nesta jornada mostrando que vale a pena continuar vivendo. Exemplo de mais uma mulher herdeira dos cuidados familiares.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de investigar como a educação popular concretiza-se na prática educativa da/o assistente social em experiências compartilhadas pela literatura científica. Para alcançar tal objetivo me propus a compreender e descrever a educação popular como prática pedagógica, que contribui para o planejamento das intervenções profissionais de forma crítica e reflexiva. Conhecer a relação entre serviço social e educação popular, em sua confluência histórica e em seus princípios comuns, e identificar práticas educativas, relacionadas com educação popular, a partir de relatos de experiências com participação de assistentes sociais. Esta é uma pesquisa teórica bibliográfica e documental, com coleta de dados feita através de revisão sistemática da literatura e com abordagem qualitativa. A consulta foi realizada nas bases de dados da *SciELO* e *EBSCO*, com filtros que relacionavam 'educação popular' e 'serviço social'. Como resultados foram sistematizados cinco artigos, sendo todos no campo da saúde, descrevendo experiências com extensão universitária com a finalidade de promover espaços de participação popular, interação entre diferentes saberes, gestão participativa e reflexão crítica e propositiva, demonstrando como práticas pedagógicas com educação popular podem contribuir nas intervenções das/os assistentes sociais.

Palavras-chave: Educação Popular. Serviço Social. Práxis.

ABSTRACT

This paper aims to understand and describe popular education as a pedagogical practice, which contributes to the planning of professional interventions with a critical reflection. To know the relationship between social service and popular education, in its historical confluence and in its common principles, and to identify educational practices, related to popular education, from reports of experiences with the participation of social workers. In this way, this work systematizes educational practices, identified in the scientific literature, which are planned with popular education to share knowledge and inspire new practices. As for the methodological aspects, bibliographical and documentary theoretical research was used in the foundation, for data collection, systematic literature review and for analysis, qualitative approach. The consultation was carried out in the *SciELO* and *EBSCO* databases, using filters that list 'popular education' and 'social work', and through the inclusion criteria: contain at least one social worker in the authorship and have a report of experience or case study. As a result, five articles were systematized, all of them in the health field, describing experiences with university extension to promote spaces for popular participation, interaction between different knowledge, participatory management, and critical and purposeful reflection. Demonstrating how pedagogical practices with popular education can contribute to the interventions of social workers.

Keywords: Popular Education. Social Work. Praxis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Descoberta e problematização do objeto de pesquisa	11
1.2 O despertar de consciência se faz na vivência da teoria e prática	12
1.3 A estrutura expositiva do estudo.....	17
2 EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	19
2.1 Contribuições pedagógicas além da educação escolar	19
2.2 Educação na construção de uma nova cultura	21
2.3 Educação escolar como um projeto de controle.....	26
2.4 Educação popular: círculos de cultura, diálogos e amorosidade	29
3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	37
3.1 Serviço Social como profissão	37
3.2 A prática educativa e a atribuição pedagógica da assistente social ...	40
3.3 Educação Popular e as inspirações para o Serviço Social	45
3.4 Processo de ruptura com o conservadorismo	46
3.5 É com a práxis que se faz as transformações	48
4 PERCURSO METODOLOGICO E LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS	52
4.1 Formulação da pergunta.....	54
4.2 Localização e seleção dos estudos em bases de dados eletrônicas ..	56
4.3 Avaliação crítica dos estudos, com o estabelecimento de critérios para a sua validade.....	58
4.4 Coleta, análise e apresentação dos dados	59
4.5 Interpretação dos dados.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAIS.....	76
APÊNDICE	82

1 INTRODUÇÃO

1.1 Descoberta e problematização do objeto de pesquisa

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se volta a investigar como a educação popular concretiza-se na prática educativa da¹ assistente social em experiências compartilhadas, através de literatura científica.

A educação popular surge no Brasil no início dos anos 1960, como práxis na busca de um novo projeto de sociedade, mais justa e igualitária; contraponto a cultura patrimonialista, autoritária e clientelista com suas consequências severas, que geram uma grande desigualdade social e formas perversas de exploração. A concepção de práxis usada aqui, refere-se à relação entre ações que geram transformações no mundo de forma consciente, sendo a prática e a teoria que a orientam, são coerentes e possuem finalidade comum.

Paulo Freire trouxe uma concepção de educação, comprometida com a liberdade e autonomia que vai além dos muros de uma escola. Iniciou com o objetivo de alfabetizar adultos, para que estes sujeitos pudessem ter o direito ao voto, mas, posteriormente, este movimento ampliou-se com possibilidade de uma educação pós-alfabetização (ANHUCCI; SILVA, 2013).

Para Freire, a educação é um ato político, que deve ser feita de forma dialógica com a participação dos sujeitos e que estes possam pensar sobre o

¹ Ao longo deste trabalho, optei por usar o feminino quando relaciono com as profissionais de serviço social. A proposta surgiu da experiência de uma aula de Turismo Sustentável, conduzida por Marianne de Oliveira Costa, uma das idealizadoras do grupo “Mulheres do Turismo em Rede”. Nesta ocasião a aula foi conduzida usando feminino, com a justificativa que as mulheres são a maioria das trabalhadoras no turismo, mas não estão nos cargos de chefia. Foi um exercício para que todas que estavam acompanhando o curso se percebam nesta categoria e fizessem uma reflexão crítica do que há envolvido neste fato. No início, causou um estranhamento, pois havia algo que dizia que usar o feminino era errado. Fez-me pensar que talvez estar em um cargo de chefia, também estivesse internalizado em mim como errado. Com inspiração na discussão feita por Cisne (2004), que versa sobre a ‘feminilização’ da profissão e sua relação de subalternidade, proponho aqui o mesmo exercício de reflexão a todas que irão ler este TCC. Somando a isto, trago a resolução CFESS N° 594 de janeiro de 2011, na qual a categoria profissional de serviço social introduz a linguagem de gênero, adotando forma feminina e masculina, no texto do Código de Ética do Assistente Social. A educação popular traz a discussão sobre o poder que há nas palavras, com influência no modo de pensar e agir. Através da problematização, podemos propiciar uma reflexão crítica sobre nossa realidade. A proposta aqui é fazer uma transgressão às regras gramaticais da escrita formal, e que nos inspire em transgredir outras regras associadas as desigualdades.

sentido das palavras, do seu real significado em suas vidas, proporcionando uma leitura crítica do mundo com o intuito de gerar transformações na sociedade.

Para Scheffer (2013), a aproximação de Paulo Freire com o serviço social trouxe fortes contribuições para o movimento de reconceituação do serviço social, o qual provocou reflexões e questionamentos sobre a profissão. Seu livro, *Pedagogia do Oprimido*, possibilitou discussões sobre a prática educativa da assistente social e sua atribuição pedagógica.

O serviço social possui uma dimensão educativa em seu fazer profissional, que através da linguagem opera nos modos de agir e pensar dos sujeitos, para que estes adquiram uma consciência crítica de si, do outro e do mundo em que estão inseridos.

Para Abreu (2010), em seu livro *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, o serviço social teve sua inserção profissional em um processo de organização da cultura através de três diferentes perfis pedagógicos: pedagogia da “ajuda”, pedagogia da “participação” e a pedagogia “emancipatória”. Esta última foi pensada através de uma análise gramsciana sobre relações de forças políticas, de autoconsciência e organização de grupos sociais que visam o despertar de uma consciência política coletiva.

Referida autora também compreende a educação popular como instrumento da prática da assistente social, junto à pedagogia “emancipatória”, e que é desenvolvida, mais frequentemente, com os movimentos sociais populares e em Organizações da Sociedade Civil (OSCs); que realizam trabalhos com o povo na luta pela defesa e garantia de direito.

1.2 O despertar de consciência se faz na vivência da teoria e prática

O interesse pela temática da educação popular originou-se através de reflexões feitas pelo Professor Bruno Gustavo Muneratto, especialmente, quando ministrou a disciplina *Desenvolvimento Capitalista e Questão Social*, no segundo semestre de 2017, logo após o golpe de 2016², que destituiu a presidenta Dilma Rousseff.

² Processo de *impeachment* aberto contra a Presidenta Dilma Rousseff, eleita legitimamente em um processo democrático, por crime de responsabilidade fiscal que parlamentares forjaram um

Paulo Freire, frequentemente, era citado, nas análises de conjuntura expostas pelo professor, que criticava o fato de a sociedade brasileira estar tão apática em relação à política. Também questionava a despeito do distanciamento do curso de serviço social em pauta à educação de base e educação popular com as comunidades. Suas discussões se voltavam as experiências da educação popular com as possibilidades de promoção de emancipação política e humana.

Neste período aflorou meu interesse pela temática e iniciei a leitura do livro *Pedagogia do Oprimido*, que fez com que ampliasse minhas percepções sobre as possibilidades de atuação da assistente social e como desenvolver a prática educativa. Causava-me estranhamento não ser discutido o trabalho com grupos e com a comunidade de forma mais aprofundada e o que ficava no meu imaginário era uma profissional informando e encaminhando as usuárias para as políticas públicas. Alguns conflitos ainda permaneciam na minha cabeça, quando me aproximava das teorias, mas ainda não conseguia perceber como exatamente poderíamos usar aquilo na prática.

Na minha concepção de educação, a aprendizagem precisa passar pela experiência, assim apenas informar uma usuária sobre seus direitos não seria suficiente, é necessário promover condições para que haja o entendimento e a consciência de como usar aquela informação e de como se chegou até ali. Nas palavras de Freire, “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 21).

Este processo se fortaleceu no contato com o Movimento Estudantil, nos Encontros Regionais das Estudantes de Serviço Social de 2017 e 2019, na participação da gestão de 2018/2019 do Centro Acadêmico de Serviço Social e nas leituras sobre educação, especificamente os textos de Vigotski (2018). Fui compreendendo a importância da experiência social e sua troca com outras pessoas, para que possa ocorrer transformação, subjetiva ou mesmo objetiva.

Ao ingressar no Estágio Supervisionado em Serviço Social, espaço formativo, que relaciona a teoria e prática, em uma Organização da Sociedade

processo para sua destituição. Este foi um processo alimentado por reações de ódio, misoginia, apologia a tortura, exaltação a ditadura militar e desmerecendo a política.

Civil (OSC), no Centro de Defesa da Criança e Adolescentes do Ceará (CEDECA-Ce), participei de duas experiências muito enriquecedoras em que a educação popular estava presente.

Uma no assessoramento a dois grupos: mães e familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e das mães do Curió, que se organizavam na luta por direito e justiça contra as violações do Estado, através de atividades que eram organizadas com os sujeitos, através do compartilhamento de saberes e experiências, e no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade.

Em um primeiro momento, os grupos passaram por vivências educativas sobre direitos humanos e sociais, com temáticas escolhidas pelas integrantes. Também havia encontros para a partilha de experiências e de autocuidado com equipe multiprofissional. No decorrer do estágio, os grupos se fortaleceram em seus conhecimentos e experiências, conquistaram recursos através de editais de projetos, o que culminou em maior autonomia. Ampliaram seus espaços de incidência política e educativa.

A outra experiência decorreu da *III Escola de Formação Política para Juventude*, que visava fomentar a participação, organização, autoconhecimento e o sentido da alteridade através do Teatro do Oprimido³. Realizado por meio de um trabalho transdisciplinar com uma equipe multiprofissional que se organizava nas concepções da educação popular.

A amorização⁴ e o diálogo propiciavam a construção das intervenções de forma coletiva e horizontal, a valorização da arte e da estética como uma forma de comunicação, estavam sempre presentes nas reuniões e nas intervenções com os grupos. Isto gerava um sentimento de pertencimento, que realçava o comprometimento do grupo nas ações.

³ Método teatral com exercícios e jogos que propiciam a participação dos espectadores, chamando-os para a ação. Estes são convidados a pensar no lugar do personagem que encontrasse em uma posição de opressão, de forma que tomam seu lugar e tem a oportunidade de vivenciar as diferentes possibilidades de transformação daquela situação cênica. É uma metodologia desenvolvida através da concepção freiriana do diálogo.

⁴ Trabalho de amorização de grupo é feito através da acolhida, de místicas, com música, poesia, relatando algo de bom que ocorreu ou partilhando uma dificuldade, assim há a formação de vínculos e afetos, valorizando a dimensão da espiritualidade. Pode estar no início ou na finalização dos encontros.

Também foi através do estágio, que inicio meu contato com a *Terapia Comunitária Integrativa* e com o *Movimento de Saúde Mental*, responsável pela cogestão do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Comunitário do Bom Jardim, uma conquista de um movimento popular organizado na luta pela Saúde Mental e que tem como um dos pilares a educação popular. Aqui tive a oportunidade de dialogar com educadoras como Ruth Cavalcante e Norberta Viana, que realizaram formação com Paulo Freire e trabalharam no processo de alfabetização de adultos em comunidades. Norberta é também assistente social mineira que vivenciou o Método BH.

Em 2019, participei do Projeto de Extensão PROURBANO, uma parceria entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social da UNIFAMETRO, com o propósito de promover a cidadania e o debate em torno do direito à moradia e à cidade, com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social⁵.

Neste projeto, a intervenção foi feita em uma comunidade do Lagamar, através de mapa social/afetivo. Esta metodologia é feita por meio de interação dialógica, em uma construção coletiva que traz a representação do ponto de interesse do grupo. Uma ferramenta de reconhecimento de território com suas identificações, lembranças, histórias vista e vividas, com sensações e afetos provocados sobre um lugar que se torna o seu lugar intransferível. Na construção do mapa, desenvolve-se uma leitura crítica do território em que está inserido, com o olhar de quem vive ali e carrega sua história, é com o despertar do sentimento de pertencimento àquele território que se realizam as transformações de forma crítica e consciente.

No final de 2019, ingressei no grupo de estudos TRASSOS⁶ na linha de pesquisa, *Educação Popular e Serviço Social: novas abordagens e*

⁵ Cf. PROJETO PROURBANO: promovendo a cidadania através de mapas afetivos. Disponível em: <encurtador.com.br/efJKO>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁶ O Grupo Trassos foi formado inicialmente por docentes, egressos e discentes do Curso de Serviço Social da Unifametro, no final de 2019 com a finalidade de investigar sobre traços, tendências, impasses e inovações das Políticas de Seguridade Social no Brasil, com destaque para as singularidades no Estado do Ceara. Propõem ser um espaço de interlocução entre ensino, pesquisa e diálogo entre sujeitos sociais na vivência de ensinar, aprender e intervir nas peculiaridades das políticas sociais e territórios com os subsídios das análises e interpretações e suas linhas de pesquisas. Disponível em: <encurtador.com.br/kqV45>. Acesso em: 2 jan. 2021.

perspectivas. Em 2020, faço parte da iniciação científica vinculada ao Programa de Monitoria e Iniciação Científica da Unifametro do mesmo projeto mencionado.

Foi este contexto de vivências e estudos teóricos, que fortaleceu meu interesse na discussão sobre a contribuição da educação popular na prática educativa da assistente social. Primeiramente o projeto deste TCC foi elaborado no intuito de realizar pesquisa de campo com as assistentes sociais do CAPS Comunitário do Bom Jardim. Neste momento fiz visita guiada com assistente social, a qual relatou sua experiência com a educação popular em sua formação e trajetória profissional. Com o atraso no parecer do Comitê de Ética de Pesquisa, não obtive a autorização para realizar as entrevistas com as profissionais do referido CAPS, assim houve a necessidade de mudar a metodologia e os objetivos da pesquisa.

Dentro do contexto que estamos vivendo e com curto prazo para finalizar o TCC, optei por fazer a pesquisa com revisão sistemática da literatura. Esta metodologia propõe responder uma pergunta específica através de critérios de seleção bem definidos, que visam coletar e analisar dados. Assim, o objetivo geral deste TCC foi investigar como a *Educação Popular concretiza-se na a prática educativa da assistente social em experiências compartilhadas através de literatura científica*.

Ademais, constituem os objetivos específicos:

- Compreender e descrever a educação popular como prática pedagógica;
- Conhecer a relação entre serviço social e educação popular;
- Identificar práticas educativas, relacionadas com educação popular, a partir de relatos de experiências com participação de assistentes sociais.

Para a elaboração do projeto de TCC fiz uma pesquisa prévia nas bases de dados disponíveis no *site* da Biblioteca Unifametro. Neste primeiro momento verifiquei dez estudos que relacionam serviço social e educação popular na base de dados *EBSCO host*. Aqui destaco o estudo de Machado (2013), que discorre sobre a relevância da educação popular para o trabalho da assistente social, como um “paradigma educativo” que visa contribuir para o processo de conscientização (consciência + ação) e mobilização dos sujeitos sociais.

Já na base de dados *SciELO*, verifiquei 819 publicações sobre educação popular, sendo 380 na área temática da saúde e quatro na área temática do Serviço Social. Aqui cito o estudo de Machado, Silva e Tolentino (2019), que relata pesquisa feita através de revisão bibliográfica com o levantamento de publicações que abordam serviço social e educação popular em um recorte temporal de 1980 a 2010, no qual concluem que a educação popular surge comumente como tema transversal em publicações de serviço social e que vincula-se com a atuação das assistentes sociais em OSC. As autoras fazem a ponderação que a produção de mais materiais sobre a temática poderia aguçar o interesse das assistentes sociais de uma forma geral para trabalhar com esta metodologia.

Entendo que o expressivo volume de publicações na área temática da saúde, que se apresenta na base de dados *SciELO*, decorre do fato de que a educação popular esteve presente nas lutas dos movimentos sociais e profissionais em favor da saúde pública e de qualidade. Menciono o Movimento de Reforma Sanitária que culminou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1988; o movimento de Reforma Psiquiátrica; a Política Nacional de Educação popular em Saúde (PNEP-SUS) de 2013; a Política Nacional de Humanização, entre outras que tem a educação popular como inspiração e representam uma conquista da sociedade.

A PNEP-SUS (2013) foi construída em direção “a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, a produção de conhecimentos e a inserção destes no SUS”⁷ através de quatro eixos principais: controle social e gestão participativa; formação, comunicação e produção de conhecimento; cuidado em saúde e intersectorialidade e diálogos multiculturais.

Desta forma, mostrou-se possível o estudo deste TCC que posteriormente foi realizada seguindo a metodologia de revisão sistemática de literatura.

1.3 A estrutura expositiva do estudo

⁷ Disponível em: <encurtador.com.br/aCFI1>. Acesso em: 03 out. 2020.

A pesquisa foi elaborada, seguindo a lógica de organização das seções desenvolvidas na investigação, composta por quatro seções, após esta INTRODUÇÃO que já consiste na primeira seção.

Na segunda seção, EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA, é feita a exposição sobre suas principais concepções, com o suporte de um breve estudo sócio-histórico, assim como suas contribuições pedagógicas no trabalho sócio educativo.

A terceira seção, SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR, traz a contextualização histórica do surgimento do serviço social como profissão, apresentando sua prática educativa em diferentes contextos. Através de estudos realizados pela autora Mariana Maciel Abreu (2010) são expostos três perfis pedagógicos que orientam a prática educativa da assistente social em seu contexto sócio-histórico. Aqui, também apresento as contribuições da educação popular no processo de reconceituação do serviço social.

Na quarta seção, PERCURSO METODOLÓGICO E LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS, são apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa realizada.

A quinta seção é dedicada às considerações finais.

2 EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Nesta seção apresento a educação popular, tomando a educação como ponto de partida, entendida como um complexo constitutivo da vida social e seu papel na reprodução social, em especial na formação de culturas, para na sequência discorrer sobre a educação popular em sua historicidade, principais conceitos, características e finalidades.

2.1 Contribuições pedagógicas além da educação escolar

“A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social” (CFESS, 2011, p. 16) e transmissão da cultura de uma determinada sociedade. A educação é marcada por contradições e vai além das instituições educacionais. É através dela que modelos societários, como o capitalismo, internalizam os consensos necessários para sua reprodução, inculcando em interesses de classe, gerando a alienação e fazendo a captura de subjetividades. Mas também é a partir de uma educação emancipadora que surgem as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade, através de sujeitos políticos, em processos de autoconsciência e na produção de uma ação política contra hegemônica. Ao se pensar a educação, deve-se tomar a realidade em sua perspectiva de totalidade e de historicidade.

A educação popular, que abordo aqui, refere-se a um movimento popular que surge na América Latina, com maior incidência nos anos de 1960 a 1970, com práticas de luta e resistência por democracia. Movimento este, que se propôs a refletir sobre as finalidades da educação, como uma ferramenta importante na disputa de poder político, colocando-se contrário a um modelo de dominação que tem como princípio a substituição da cultura local e de silenciamento do povo. A educação popular é um projeto coletivo e inacabado, que vem sendo transformado ao longo da história e através da realidade concreta. É um conhecimento coletivo feito com o povo e para o povo. O que orienta este projeto são as transformações sociais necessárias para que todos atinjam uma vida mais digna e sem opressão ou exclusão (PALUDO, 2010).

Paulo Freire teve importância neste processo como um intelectual orgânico⁸ junto aos movimentos populares, governantes, lideranças sociais e a academia. Em 1946, Freire inicia seu trabalho como diretor do Departamento de Educação e de Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), passando a desenvolver um diálogo mais próximo com o povo, o que o aproximou ainda mais da concepção de educação popular. Ele foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular de Recife, onde pode desenvolver suas primeiras experiências, que possibilitou a sistematização do que hoje chamamos de educação popular. No livro *Conscientização*, Freire (2016), o autor enfatiza que seu interesse pela educação e seus problemas foi despertado por sua companheira, Elza Freire, a qual era professora e diretora de escola.

É neste processo que Paulo Freire, foi capaz de fazer uma leitura de realidade da América Latina, em especial do Brasil, que culmina na proposição de uma pedagogia libertadora. Esta foi nutrida por diferentes abordagens filosóficas e guiada por práticas populares concretas (PALUDO, 2010), em uma relação de teoria e prática que está sempre presente em seu trabalho, a práxis. Através de sua produção literária, neste processo de produção coletiva de conhecimento, é que a educação popular se torna conhecida mundialmente.

Esta educação, orientada para a transformação da sociedade, exige que se parta do contexto concreto/vivido para se chegar ao contexto teórico, o que requer a curiosidade epistemológica, a problematização, a rigorosidade, a criatividade, o diálogo, a vivência da práxis e o protagonismo dos sujeitos (FREIRE, 1995 apud PALUDO, 2010, p. 238).

É esta a concepção de educação popular que apresento, uma educação do/para o povo, que parte do cotidiano de pessoas que se encontram em situação de opressão, fazendo um convite para uma reflexão sobre o mundo e o lugar que ali ocupam. Vem com a finalidade de tornar cada um em sujeito capaz de realizar transformações na sociedade através de reflexões críticas.

⁸ Para Foster (2008) Freire tem o/a educador/a como “‘dirigente e organizador’, no sentido gramsciano, de quem se aproxima muito, utilizando várias de suas categorias de análise.” (p. 244). Nesta concepção o/a educador/a popular é político/a em suas escolhas e decisões e precisa acompanhar-se com os grupos populares de forma a romper as fronteiras das classes, tornando-se intelectual orgânico neste movimento. Freire foi um educador que acreditou e lutou por uma educação que visava a autonomia dos sujeitos envolvidos e que estes tinham a capacidade de dirigir. Ele foi um intelectual orgânico em seu movimento, em que através de sua atuação pedagógica, visava a transformação.

2.2 Educação na construção de uma nova cultura

Brandão (1986) inicia seu livro *Educação Popular*, contextualizando a educação na relação existente entre a palavra e o poder. O poder de falar e ser ouvido, trazendo um sentido para o mundo e assim a possibilidade de transformá-lo.

Magalhães (2013), também traz a importância das palavras na linguagem estabelecida no cotidiano das profissionais de serviço social, não apenas em sua fala, mas na escrita. Para a autora,

A palavra é um signo ideológico por excelência, as enunciações linguísticas trazem, em si, uma natureza social e exprimem a subjetividade inerente aos valores da particularidade de cada contexto social (sozinha, a palavra é neutra; só ganha conotação ideológica num contexto de comunicação). (MAGALHÃES, 2003, p. 29)

É neste sentido que se faz necessário pensar em como a palavra é usada e como pode fazer o controle da vida social, reproduzindo a desigualdade e calando muitas vozes em um conformismo. O Estado de democracia, como é posto hoje, dá o direito a palavra a poucos e dita como outros devem fazer, obedecendo-as. O conhecimento sobre as coisas, sobre o que é considerado legítimo não é universal, porém, uma elite toma para si a legitimidade das palavras que lhes dá o direito de ser ouvido.

“suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2001a, p.8-9)

Para Foucault (2001a), o poder não se exerce apenas de forma coerciva, mas também por meio de discursos, no campo das ideias. Discurso, que a depender das escolhas, vem para legitimar práticas de dominação, elegendo formas de saber e de verdade. Torna-se um tipo de poder disciplinador que contribui para a formação da subjetividade.

Porém, o autor supracitado, também expõem que “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia.” (FOUCAULT, 2001b, p. 162) Ou seja, mesmo o poder dominador é dinâmico apresentando uma relação entre indivíduos que exercem o poder e outros sofrem sua ação, em uma participação mútua entre os indivíduos. O poder

não é algo que está posto e determinado, algo que um indivíduo possa deter para si.

O modelo de sociedade de dominação não é algo natural e definido, há outros saberes, onde a educação popular situa-se. Com uma concepção de ideias e práticas regidas pela diferença, e que oferece a possibilidade de mudanças, fazendo:

crer que, se é com palavras que são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar e escrever frases e modos de saber que, pronunciados e exercidos, poderão um dia libertar o homem e os seus mundos. (BRANDÃO, 1986, p. 8)

A sociedade como se apresenta hoje é uma construção da humanidade. Conforme o conhecimento foi sendo produzido, foi surgindo a necessidade de ensinar e aprender, em um processo de transmissão de cultura ao seu grupo e assim garantindo a sobrevivência dos seus.

Neste processo, diferentes grupos e comunidades passaram a produzir diferentes culturas, com diferentes regras de condutas que formam mundos simbólicos do imaginário destas pessoas. O acúmulo de saberes e tecnologias trouxe o acúmulo de riquezas e poder.

Para proteger a riqueza e conservar o poder, os senhores da cidade aos poucos criaram o Estado, as milícias, a ciência, a religião e a arte, que já não representavam mais a vida solitária da comunidade antecedente, mas a sua divisão (Ibid., p. 14).

Assim, o autor expõe uma nova configuração de sociedade que foi construída para manter os privilégios dos que detinham o poder. Uma sociedade dividida pelo trabalho, na qual o Estado desenvolve uma face coercitiva e a educação escolar passa a fazer parte de um processo de práticas sociais de reprodução, controle e manipulação de desigualdades, em um trabalho simbólico que expõem os valores de quem dita a ordem.

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZAROS, 2008, p. 45).

Nesta concepção, a escola formal fornece conhecimento para manter a máquina produtiva do sistema capitalista, formando pessoas para sua exploração. A lógica do capital não sobrevive sem esta manutenção. Porém, o autor também traz uma concepção mais ampla da educação, a que vai além da escola, “uma educação plena para toda vida” (MÉSZAROS, 2008, p. 55). Uma educação libertadora que transforma o sujeito em um agente político capaz de transformar o mundo.

A educação popular, sendo uma educação libertadora, extrapola os muros das escolas e apresenta-se como “um trabalho político através do ofício do educador, dirigido à produção e reprodução de um poder popular através da construção coletiva, no âmbito das classes subalternas, de um saber popular (BRANDÃO, 1986, p. 28).

Importante frisar que a relação de poder proposta por Paulo Freire em sua discussão na educação popular não é de dominação e sim uma relação dialógica na qual todas as pessoas exercem o poder, na construção de um poder popular. Este faria parte de um processo de dissolução de poder e não de conquista, em uma estratégia pacifista, em oposição a coerção e a violência. Com o fortalecimento dos laços entre os excluídos, que exerceriam o “controle direto sobre o Estado e o mercado, através de mecanismos de gestão pública não estatal” (GADOTTI, 2010, p. 525). Assim, é possível perceber a

importância da educação para a transformação. Paulo Freire acreditava, como o filósofo italiano Antônio Gramsci, que as relações de poder são sempre relações pedagógicas. Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, sustentava Gramsci. Toda relação pedagógica é necessariamente política, insistia Freire. Em toda relação política há necessariamente uma relação pedagógica (Ibid., p. 524).

A educação popular vem num processo de realização de transformação na sociedade pelo fortalecimento dos indivíduos, através de uma reflexão crítica do mundo em um processo educativo com relação pedagógica.

Em sua tese *Educação e Atualidade Brasileira* de 1959, Paulo Freire discute os problemas na educação brasileira, como o:

Centralismo, verbalismo, anti-dialogação, autoritarismo, “assistencialização” são manifestações de nossa “inexperiência democrática”, conformada em atitudes ou disposições mentais, constituindo, tudo isso, um dos dados de nossa atualidade (FREIRE, 1959, p. 11).

A educação da época apresentava-se de forma autoritária e desvinculada da realidade, já que sua principal finalidade era o desenvolvimentismo e a modernização do país. Para o autor, havia um desafio a ser superado, trabalhar a emancipação de uma população que não teve experiência na vida pública moderna, ou seja, em um regime democrático.

Uma população que não re/conhece seus direitos políticos, já que sua construção sócio-histórica vem de regimes autoritários e carrega em si uma herança colonial na relação de senhores e escravos. Para a época, a vida democrática era uma novidade, e para a consolidação de um sujeito moderno haveria a necessidade de se formar uma nova cultura. “É um processo difícil o de fazer com que alguém governe a si mesmo a partir de uma relação em que é governado por outros” (DULLO, 2014, p. 25).

Freire entende o ser humano como sendo criador de cultura e que deve haver uma organicidade neste sentido, ou seja, a mulher/o homem deve ser a/o criador da cultura e não seu objeto. “O homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade. Criticamente integrado nela” (FREIRE, 1959, p. 09). Não pode estar alienado da cultura que integra, é preciso ter uma consciência crítica do seu contexto para que assim possa interferir.

No livro *Pedagogia do Oprimido*, o autor discute a concepção de liberdade e a relação de poder que se desenvolve entre oprimido e opressor. O autor cita “o *medo da liberdade*⁹ de que se fazem objeto os oprimidos” (FREIRE, 2019, p. 45, grifo do autor), um medo de assumir a liberdade por parte dos oprimidos e o medo de perder a liberdade por parte dos opressores. Ele coloca uma correlação existente na dominação, na qual os oprimidos introjetam as pautas postas pelos opressores.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 2019, p. 47).

⁹ Fazendo referência ao autor Erich Fromm, com o livro *O Medo à Liberdade*, o qual traz os regimes autoritários da Alemanha e da Itália, onde as pessoas faziam a concessão do governo de si, e relacionavam com o medo de dirigirem a si mesmas, quando isto era confrontado com a possibilidade que ficarem só diante do mundo (DULLO, 2014).

A liberdade tratada aqui não é uma liberdade individual que se limita no outro ou de realização de desejos individuais que estão acima de qualquer limite. Esta liberdade individual pode fazer do oprimido um opressor, introjetando os padrões de vida e desejos de quem domina em um processo de alienação. A liberdade que Freire refere-se é a liberdade que se realiza no encontro com outros. É uma “luta pela libertação de si, do outro e do mundo” (SUNG, 2010, p. 403), que extrapola a liberdade individual para o âmbito sociopolítico. Uma liberdade que necessita de condições econômicas, sociais e políticas para que se expressem as escolhas e as oportunidades.

Uma condição comum de opressão vivida por grupos sociais e imposta através de uma violência estrutural¹⁰ gera vínculos em uma condição comum de sofrimento, que por vezes é naturalizada. Se a consciência crítica da opressão ocorre de forma individualizada, pode gerar um medo do que pode vir a ser. Desta forma, a liberdade deve vir para todas/os, através do pensamento crítico, em uma vontade de transformação por todas/os, em que todas/os assumem juntas/os os riscos e em uma rede de apoio promovem as transformações. “Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios” (FREIRE, 2019, p. 47).

Ainda na obra, Freire (2019) relaciona o medo da liberdade com um vazio gerado através da expulsão do opressor de dentro deles. Este vazio precisaria ser preenchido com outro conteúdo e que para o autor seria a autonomia. Ou seja, Freire (2019) propõem que a cultura imposta pelo opressor seja substituída por uma nova cultura, construída pelo grupo em questão e com base na autonomia.

Assim, uma sociedade democrática só poderia ser concretizada com sujeitos livres. A cidadania é exercida através da autonomia política dos sujeitos

¹⁰ Para Martin-Baró, sociedades que apresentam grandes desigualdades entre grupos sociais, fazem uso da violência estrutural para manter a ordem social. Nestes casos, o Estado exerce uma violência permanente e legitimada por uma legislação que produz uma força coercitiva que obriga os oprimidos a respeitarem tais mecanismos. Esta violência não vem apenas através do uso da força física, mas de uma estrutura social que gera a miséria através de condições de exploração e opressão que desumanizam. Para o autor, a violência estrutural se dá de uma forma espiral, sendo que uma vez iniciada tende a crescer e se automatizar em seu processo histórico, tomando um fundo ideológico. Para ele, este é o modelo de Capitalismo desenvolvido na América-Latina (MARTINS; LACERDA, 2014).

e que sejam capazes de refletir sobre o contexto social para depois agirem. Freire traz uma proposta pedagógica, com a formação de subjetividades democráticas, já que para ele havia uma apatia política na população (DULLO, 2014).

2.3 Educação escolar como um projeto de controle

Nas primeiras décadas do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU), em especial através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passaram a patrocinar programas de educação, fazendo acreditar que haviam encontrado a solução para o “Terceiro Mundo”. Esta era uma estratégia desenvolvimentista e modernizadora, com propósito de integrar o desenvolvimento do capitalismo no mercado latino-americano, com a promessa efetiva de melhorias nas condições de vida e de eliminação da pobreza.

Surgem, programas que visavam o desenvolvimento através da organização de comunidades e a alfabetização funcional. O objetivo era a integralização de indivíduos, que se encontravam ‘marginalizados’, a uma vida social, digna e produtiva, contribuindo assim para o exercício da cidadania e do desenvolvimento da sociedade (BRANDÃO, 1986; ABREU, 2010).

O autor e a autora supracitados, destacam a ênfase na participação do próprio povo neste esforço de melhoria do nível de vida e com apoio técnico governamental. Estes projetos eram meios de controle e organização da vida social da população, o que significava trazer outras formas de relações pessoais e símbolos para sobrepor a vida social popular. O trabalho na educação para adultos e o trabalho social passam a atuar nas populações carentes e que se encontram as margens do sistema escolar. O que pretendiam era “re-socializar” pessoas e torná-las cidadãs/os educadas/os, mas sem deixarem de ser subalternos, premissa para manter a desigualdade e tornar as relações entre capital e trabalho viável.

É neste contexto que está inserida a experiência de Paulo Freire com a educação popular vinculada a alfabetização. Apresentei anteriormente que o movimento de educação popular vai além do mero interesse em alfabetizar, com a proposta de leitura de mundo e das palavras presentes no cotidiano dos

envolvidos. Porém, foi através do interesse de alfabetização em massa que o autor conquista um importante espaço na academia.

Paulo Freire insere-se no movimento de alfabetização de adultos, em um cenário que apresentava 15 milhões de analfabetos numa população de 25 milhões de habitantes. Estes eram os números do Nordeste em 1962, região em que Freire desenvolveu seu trabalho (FREIRE, 2016, p. 43).

O autor supracitado teve a oportunidade de realizar a experiência de alfabetização na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, onde em 45 dias, trezentos trabalhadores alfabetizaram-se. O que impressionou a opinião pública e seu método foi proposto para todo o território nacional, através de apoio do governo federal. Para isto, foram feitas formações de coordenadoras/es, que disseminaram suas ideias através da formação de círculos de cultura, principalmente nos setores rurais (Ibid).

A alfabetização da população era necessária naquele momento para que a cidadania política fosse realizada, o voto não era permitido aos iletrados¹¹. O método de alfabetização que usava a educação popular ia além da leitura das palavras, sua proposta era a leitura do mundo em que aqueles indivíduos estavam inseridos. Visava que a escolha dos candidatos as eleições fossem de forma consciente, através de uma reflexão crítica, o que não agradou quem ocupava o poder.

Na primeira eleição subsequente ao programa de alfabetização com o movimento de educação popular, os grupos oligárquicos e os setores tradicionais começaram a perder espaço. Assim o método foi considerado subversivo e Paulo Freire foi preso e posteriormente partiu para exílio. Depois de 1964 o método de alfabetização através da educação popular foi reprimido e abandonado pelo governo (BRANDÃO, 2006).

Para Paulo Freire, a educação não existe fora da práxis, ela é um ato de “ação-reflexão”¹². O processo de alfabetização não pode estar separado da

¹¹ “Foi somente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que os analfabetos recuperaram o direito de votar, agora em caráter facultativo”. Disponível em: <encurtador.com.br/tvAP9>. Acesso em: 10 set. 2020.

¹² Para Freire, a dialética ação-reflexão faz das pessoas seres de relação, que atuam no mundo, sabem que atuam e comunicam-se sobre tal. Através da educação, o sujeito deve ser capaz de dizer a sua palavra, com o seu referencial de mundo. A palavra é mais que um vocábulo, ela está vinculada a uma ação e tem um mundo referente. Sem esta forma de ação-reflexão o conhecimento resulta em um idealismo. O conhecimento envolve um movimento dialético que

reflexão crítica, é indissociável o fazer e o saber reflexivo da ação, a linguagem e o mundo. Sobre práxis, um dos princípios que fundamenta a educação popular, o autor diz: “Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens” (FREIRE, 2016, p. 56-57).

Práxis é entendida como a relação entre as ações e a compreensão de mundo que orienta os indivíduos. Uma atuação consciente através da qual o sujeito transforma sua realidade, a ação que gera transformação do mundo de forma consciente. A educação popular propõe a construção conceitual de uma outra realidade, uma teoria que parte da realidade dos sujeitos envolvidos e feita de forma coletiva. Um conhecimento construído com/para estes sujeitos, com objetivo concreto de transformação. Assim, teoria e prática relacionam-se entre si em sua gênese, possuem finalidade comum, em uma escolha consciente e de forma orgânica. A palavra proferida não diverge da ação, ela é palavra-ação. A ação da pessoa que gera transformação do mundo de forma consciente é práxis (ROSSATO, 2010).

O movimento de educação popular viu no interesse pela alfabetização a oportunidade de expandir uma concepção de educação libertadora, a qual foi considerada

como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigente (BRANDÃO, 1986, p. 44).

Este era um movimento de cultura, através de trabalho político de trocas entre as pessoas e a sociedade com proposições de transformação das estruturas opressoras por um trabalho libertador, feito pelo/com o povo. Em um processo que propunha a (reflexão crítica) conscientização¹³ e de politização,

vai da ação a reflexão sobre ela. O autor, vai além do marxismo em seus fundamentos, usa também do personalismo, que em sua concepção antropológica, supera a antinomia capital-trabalho encontrada no marxismo (KRONBAUER, 2008).

¹³ Freire nomeou inicialmente este processo de conscientização, como sendo o desvelamento da realidade, através de uma pensar crítico sobre sua realidade e a forma com que se relaciona com o mundo. O autor trouxe a noção de estágios de consciência, no qual a consciência crítica se dá em um processo de humanização, quando o ser humano se entende no mundo como um ser em sua transformação criadora. A conscientização é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência, mas que deve implicar em uma ação (FREIRE, 2016). O cotidiano transforma o real em algo alienante, uma vez que não nos atentamos a refletir sobre o que para nós é comum. Desse modo, o romper desse senso comum se constitui na conscientização.

através da construção de um novo saber que respeitasse a cultura local, sem a imposição de um saber dominante.

Para Brandão (1986, p. 48), a educação popular “não é um ‘método conscientizador’, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções”. É um projeto próprio a serviço da classe subalterna, em uma luta pela transformação popular e na elaboração de um saber próprio, o qual seria instrumento de uma nova hegemonia. Uma educação capaz de fazer a passagem de sujeito econômico para um sujeito político, para que este, se visse como coletivo num processo histórico e da cultura do seu país. Seria uma educação permanente de trocas de experiências, através de pensamento crítico sobre ações e situações, um saber compartilhado, orgânico, útil a prática social e que cria a experiência de um poder compartilhado (BRANDÃO, 1986; SIMIONATTO, 2011).

2.4 Educação popular: círculos de cultura, diálogos e a amorosidade

Ao interpretar a realidade concebe-se um modo de pensar em estreita relação com a vida, a partir das vivências e experiências do ser humano, entendido como ser consciente que busca pelo movimento dialético da ação-reflexão-ação, entender a realidade que está inserido, uma pedagogia da práxis, portanto, a educação popular, busca relacionar com a prática uma visão modificadora, uma ação transformadora, para tanto, um dos recursos utilizados para mediação desse processo são os círculos de cultura.

Para Freire, círculo de cultura é uma concepção, uma prática pedagógica, que apresenta a circularidade como simbolismo de dissolução de modelos hierárquicos e de poder, está relacionada a processos de gestão coletiva e consensual. O movimento de educação popular sistematizou uma metodologia que foi chamada de *círculo de cultura*, amplamente usada nos agrupamentos de pessoas com o propósito de haver a participação livre e autônoma dos presentes. Sua intenção é trazer a horizontalidade das interações, propiciando o diálogo, num processo ativo e partilhado de construção de saberes (BRANDÃO, 2010).

O autor, expõe os fundamentos dos círculos de cultura frisando que “cada pessoa é uma fonte original e única de forma própria de saber, ...(com) experiência individual de vida e de partilha na vida social” (BRANDÃO, 2010, p. 118). O indivíduo faz parte de uma cultura, com modos de vida originais e particulares. Em um círculo de cultura o respeito as individualidades e suas vivências com o outro são premissas que se fundamenta na alteridade¹⁴.

As transformações sociais surgem de dentro das especificidades de cada comunidade e em respeito às intersubjetividades de cada cultura. Se faz no encontro e na troca. O círculo de cultura é um espaço de partilha e construção de novas possibilidades, que através do diálogo, propicia a leitura de si, do outro e do mundo. Através da problematização da realidade exposta por cada sujeito presente e da reflexão crítica, é que se buscam novas possibilidades de transformação da realidade. O diálogo é a diretriz que gere um círculo de cultura.

Na educação popular, esta metodologia é dinâmica e constrói-se a cada vez que, coletivamente, se faz o círculo de cultura em seu repertório próprio de símbolos. Não é um método que se impõem sobre a realidade, mas deve servir a cada situação. “O mesmo trabalho coletivo de construir o método, a cada vez, deve ser também o trabalho de ajustar, inovar e criar a partir dele” (Id., 2006, p. 38).

Para o autor supracitado, a educação popular surge como um canal de acesso à cultura, com formação de um público ativo, participante e crítico, objetivando fortalecer a cultura popular onde foi criado e será consumido. Neste processo de troca almeja a transformação de sujeitos, conscientes, participantes e que serão atores de mudanças de suas vidas e da comunidade em que estão inseridos. Movimento de libertação de uma ideologia opressora imposta por uma cultura de colonos e colonizados que gera e preserva desigualdades.

Esta prática pedagógica,

¹⁴ Toda obra de Paulo Freire, na qual a educação popular está inserida, tem a “presença da alteridade como condição para a constituição do próprio eu” (TROMBETTA, 2008, p. 59). O ser humano não está fechado em si, apenas na sua subjetividade, mas constitui-se na relação e encontro com o outro e o mundo, na intersubjetividade. A educação popular constitui-se na alteridade em sua dignidade, em reconhecer o outro na sua dignidade, através do respeito e da amorosidade. A alteridade na educação popular tem concretude, “a alteridade tem face, é o pobre, o estrangeiro, a mulher, os excluídos que reclamam justiça” (ibid). É através dela que se constrói a solidariedade. O diálogo é o reconhecimento do outro como sujeito e como companheiro. Nesta relação, negar o outro é negar-se a si mesmo.

não objetiva somente criar novos quadros para um novo tipo de sociedade. Há uma proposta politicamente mais humana, a de criar, com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora (BRANDÃO, 2006, p. 49).

Seu propósito é a humanização, trazendo a amorosidade como materialização de afeto e compromisso com o outro, o que finda na solidariedade e dignidade coletiva. Para Brandão (2006), Paulo Freire não pensou em um método ou teoria, ele tinha seu afeto e sua prática, a práxis e sua crença, o que muitas vezes não cabe no tecnicismo de métodos.

As práticas pedagógicas com direção à educação popular podem ser utilizadas em processos educativos ou com o objetivo de construção de novos conhecimentos através da interação com comunidades que estejam passando por situações de opressão ou em um movimento de fortalecimento daqueles sujeitos. Exponho a seguir as ideias de Brandão (2006) em seu livro intitulado *O que é método Paulo Freire*.

Em um primeiro momento, necessita-se conhecer o local e a cultura onde as práticas pedagógicas serão desenvolvidas, conhecer a realidade e as necessidades do local, a sabedoria que as pessoas dali guardam em seus dizeres. Investigar os significados das palavras que são próprias daquelas pessoas, na possibilidade de desvelar o mundo que os contêm e identificar os temas geradores. Numa pesquisa do universo vocabular é possível perceber “como a realidade social existe na vida e no pensamento imaginário dos seus participantes” (Ibid. p. 13).

A busca pelo tema gerador é uma busca pelas coisas que fazem sentido naquela comunidade, são experiências nucleares e comuns, são pontos que fazem a conexão entre as pessoas. Elas têm concretude nas vivências, que são expostas através da linguagem, adquirindo simbologias próprias em sua cultura.

Freire (2019, p. 136), nos diz que:

É importante reenfatar que o ‘tema gerador’ não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo.

Assim, o tema gerador precisa estar embutido uma visão de mundo. Em relações que trazem palavras carregadas de história e de afetos. Sua escolha é política e consciente, feita através de um mediador e com o povo. Referem-se a “situações-limite” que precisa de superação. Relacionam-se com uma situação vivida em sua singularidade, que através da reflexão crítica almeja-se chegar à dimensão da totalidade. Com o tema gerador e o diálogo vai-se do concreto ao abstrato, possibilitando ver a situação em sua totalidade. Neste movimento, retorna-se ao concreto, onde a situação objetiva continua a mesma, mas a forma de percebê-la sofreu mudanças. Esta nova percepção alcança novas possibilidades de transformar a realidade (FREIRE, 2019).

A base sobre o que se vai tratar em um círculo de cultura, vem da fala da comunidade, assim terá maior reconhecimento entre os sujeitos estando elas carregadas de afetividade e de memória crítica. As falas que se repetem, são como códigos, que podem ser trazidas para a discussão e então decifrá-las em um trabalho que relacione seus valores, símbolos e ideias (BRANDÃO, 2006).

Um círculo de cultura pode ser conduzido por fotos, cartazes, fichas, desenhos que estejam carregados de significados. Brandão (2006) chama de animador a pessoa que coordena um grupo, com a função de animar um trabalho orientando para que se tenha a participação ativa em todos os momentos do diálogo, sendo este o seu único papel diferenciado no círculo de cultura.

O animador pode despertar o olhar para outras questões ou trazer perguntas e provocações, fazendo a problematização sobre o tema gerador. As respostas vêm de um pensamento coletivo, serão reflexões vindas das pessoas que compõem o círculo. No caso, este também pode trazer um tema para a discussão, para isto, deve-se fazer um planejamento com a finalidade delineada, e as problematizações que serão feitas. Este tema deve ser elaborado a partir da realidade dos envolvidos, para que surja um pensar com propósito e sentido.

A organização tem relevância na educação popular estando presente no processo de conscientização-organização-transformação. Realiza um importante papel no trabalho político junto dos movimentos populares. Para Brandão, (2006, p. 56) “os movimentos populares são eles próprios lugares de educação política do povo”, os quais apresentam práticas populares de libertação, com resistência e luta, reinventando a dimensão do trabalho político.

Neste contexto a educação popular está frequentemente voltada para os objetivos de assessoria aos movimentos sociais, através de organizações da sociedade civil que dão continuidade a estes processos de produzir novos tipos de conhecimentos e democratizar informações através do diálogo e não apenas como informação.

Gadotti (2012) ainda coloca a educação popular em uma perspectiva utópica, quando afirma que as/os educadoras/es populares o fazem por um sonho:

na busca de um mundo justo, produtivo e sustentável para todos e todas. Para intervir e mudar o mundo que deseja transformar, ele precisa conhecer a realidade onde atua, com os pés no chão, mas procurando enxergar longe (Ibid., p. 03).

Trago a concepção de esperança que está presente na obra de Freire e ligada a utopia, ao inédito viável ou sonho possível. A esperança é condição para o diálogo, junto com o amor, a humildade e a fé na humanidade. “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2019, p. 114).

Esta concepção de esperança vem como tensionamento por avanços democráticos e pela desilusão em utopias. Ela se manifesta na prática, não sendo espera que imobiliza, está baseada na ação impedindo tanto a acomodação pragmática à realidade quanto a fuga para idealismos incapazes de interferir na história (STRECK, D., REDIN, E., ZITKOSKI, 2010).

Para Gadotti (2012), a educação popular está inserida nas pedagogias críticas, que declaram seus princípios e valores sem negar a politicidade que há na educação, a qual concebe o Estado e a Sociedade como um espaço de disputas e conquistas de direitos.

Freire trouxe importante reflexão sobre a extensão universitária, resgatando sua condição política e social, através de uma dimensão interdisciplinar que conecta o pensar e o fazer universitário, na unidade ensino-pesquisa-extensão. Para o autor, extensão não pode ser um ato de invasão cultural, no qual a universidade leva algo em um processo unilateral. Esta ação cultural deve ser norteada por um processo educativo que se funda em uma prática da liberdade, com base em demandas sociais reais e com direcionamento

de práxis sociais, valorizando os saberes dos grupos sociais (OLIVERA et al., 2013, p. 385).

Logo, a extensão na perspectiva freireana traz a força motriz do reconhecimento e da valorização do outro como sujeito histórico-cultural, da horizontalidade dos saberes, do reconhecimento e respeito à diversidade cultural, revestindo-se, portanto, de um caráter dialogal e do compromisso com a transformação social.

Neste processo a teoria dialoga com a prática, de forma ampla incluindo os saberes populares em sua realidade e de forma interdisciplinar, sendo necessário ter profissionais de diferentes áreas integradas em uma equipe. Gadotti (2012) ainda traz a importância do caráter intersetorial, devido a diversidade em que se atua e que exige momentos de saberes específicos. Esta diversidade que o autor cita, é uma marca que deve ser compreendida, respeitada e valorizada. Não se refere a fragmentação, na diversidade existe uma causa comum que une e um compromisso ético-político que guia.

Ainda segundo o autor, vê-se neste processo a importância de currículos interculturais na formação profissional, que sejam capazes de abordarem outras linguagens na formação do conhecimento, percebendo que este é um processo dinâmico, interativo e criativo. A formação profissional deve-se abrir à realidade do cotidiano e ser capaz de dialogar sem estar engessado em teorias, mas que estas lhe deem suporte e direção para as práticas.

É fato que a educação popular não nasceu nas teorias da academia, mas da prática social, tendo como um de seus princípios, uma nova concepção de filosofia do conhecimento, a qual se baseia no respeito do 'saber de experiência feito' que

trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (Ibid., p. 07).

Assim, na extensão, quando a academia vai até a comunidade, torna-se um rico espaço de reflexões sobre a prática e troca entre os sujeitos envolvidos, o que faz parte do processo de aprendizagem. Torna-se um espaço para a construção compartilhada de conhecimento, de forma criativa e inovadora, quando oferece liberdade e autonomia aos sujeitos.

Para Paulo Freire (1997) o diálogo não pode ser visto apenas como uma técnica com fim de obter resultados, mas como uma postura que faz parte da natureza histórica dos seres humanos. O diálogo ocorre no encontro entre seres humanos, que, “refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade” (Ibid., p. 64).

Para o autor, este processo de comunicação e de conhecimento é entendido como sendo um evento social, apesar de ter uma dimensão individual. O objeto a ser conhecido não é de posse exclusiva de nenhum dos sujeitos envolvidos, mas flui entre e através deles em uma investigação conjunta. Como há dimensões individuais neste processo, há formas distintas de conhecimento sobre um mesmo objeto e o diálogo vem neste processo de comunicação e transformação. Assim, o diálogo está dentro de um contexto, não é algo que se pode fazer o que quiser, ele tem uma direção e visa alcançar um objetivo em prol de um conhecimento. “... o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos” (Ibid., p. 67).

De forma dialética, o diálogo também se dá no silêncio, na humildade e amorosidade, sem que no processo haja o silenciamento de alguém. O silêncio vem para que se possa escutar o outro e assim se possa também estar no pensamento do outro. A comunicação dialógica exige a fala, de forma a problematizar e aguçar a fala do outro, e a escuta, sabendo ouvir de forma paciente e criticamente.

Escutar, “significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (FREIRE, 2002, p. 45) O que não significa uma auto-anulação, mas é escutando o outro que se pode melhor situar seu ponto de vista, mesmo que discordante. Aceitar e respeitar a leitura de mundo do outro são virtudes de quem sabe escutar com humildade. Assim a educação popular se faz na diversidade e com a pluralidade.

Por vezes, a experiência na academia tende a oferecer uma formação distante da realidade, sendo comum os intelectuais primeiro descreverem um conceito para depois se aproximarem do real. Aqui a proposta é inversa, parte-se da compreensão da experiência diária, para então chegar a uma compreensão mais elaborada e crítica. “Não dicotomizo essas duas dimensões do mundo – vida diária do rigor, senso comum do senso filosófico, na expressão

de Gramsci” (FREIRE, 1997, p. 69). Para o autor, o rigor científico vem da intenção de superar o senso comum, e no momento que há a problematização desta realidade, já se deu início uma consciência crítica.

É neste entendimento que Oliveira (2013) traz a noção de diálogo para o desenvolvimento do conhecimento através de sujeitos ativos em um processo de criação e recriação do aprendido. O processo de ensino-aprendizagem é feito em conjunto entre o educador e o educando. Não se separa o ensino de conteúdos da leitura de realidade e nem o meio acadêmico dos grupos populares, pois são a realidade de qualquer profissional.

3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Nesta seção faço um resgate do surgimento do Serviço Social como profissão, e como sua prática educativa sofreu mudanças ao longo da história, finalizando com as contribuições da educação popular no processo de reconceituação do Serviço Social e o projeto ético-político da atualidade.

3.1 Serviço Social como profissão

Segundo Netto (2011), o Serviço Social surge como profissão, uma prática institucionalizada e legitimada, quando o Estado se vê coagido a intervir no enfrentamento das expressões da questão social. Ou seja, o contexto sociopolítico e econômico, passa a demandar a atuação deste profissional.

O autor chama a atenção para a fase do capitalismo monopolista, relacionada com o período de grande urbanização e industrialização, o qual ampliou a capacidade social de produzir riquezas, assim como privou grupos específicos de ter acesso a elas, colocando-os em situações extremas de empobrecimento.

Uma pobreza gerada dentro deste modelo de sociedade, e que se naturalizou ao longo da história. No capitalismo, pessoas morrem de fome, mesmo havendo excedente de alimentos. A questão social se expressa na desigualdade social, ocorrida pela apropriação privada dos bens socialmente produzidos, o que é inerente a este modelo societário. “A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo” (Ibid., p. 157).

Em um processo contraditório, o trabalhador é explorado e espoliado em sua força de trabalho, mas também é a peça central neste modelo, sendo necessário para a sua produção e reprodução. Com a luta organizada dos trabalhadores, vieram conquistas importantes nos direitos políticos e sociais. O Estado passou a atuar como conciliador, assegurando a reprodução e manutenção da força de trabalho em um processo de correlação de forças entre classe trabalhadora e burguesia.

É neste contexto, de manter a ordem do capitalismo, que o Estado passa a intervir de forma sistematizada e contínua, em determinadas expressões da questão social através de políticas sociais. Sua intenção é meramente de

administrar, de forma fragmentada e parcial, com o objetivo de preservar e controlar a força de trabalho. Agindo de forma a cooptar as pessoas para sua lógica, com uma noção de integração social. (NETTO, 2011)

Para o autor supracitado, é desta forma que o Serviço Social surge no mundo como profissão, em um “patamar terminal da ação executiva” (ibid., p. 74) das políticas públicas. Porém, este processo não se desenvolveu de forma homogênea em todos os países sendo necessário considerar as particularidades em cada formação social.

O Brasil teve sua industrialização focada em determinados locais, e carrega em si uma herança colonial e escravocrata com formas perversas de exploração do trabalho e naturalização da pobreza. Ao longo de sua história a Igreja Católica exerceu lugar privilegiado na sociedade, principalmente junto a assistência social aos pobres que por muito tempo puderam contar apenas com a caridade cristã.

Para Abreu (2010), as práticas de assistência social têm suas raízes junto da formação social da humanidade, considerando que estas foram “redefinidas a partir dos interesses do capital, em sua fase monopolista, como mecanismos de controle social face as exigências do processo de acumulação” (Ibid., p. 58), com a finalidade da máxima exploração da mão de obra. Em um processo de reorganização social, a Igreja Católica procurou “fortalecer-se defensivamente e reconquistar a influência ideológica e privilégios perdidos na face da crescente laicização da sociedade” (Ibid., p. 70), a qual o capitalismo impôs.

Nesta relação de forças, a Igreja Católica assume a formação das assistentes sociais para recuperar sua hegemonia. Em 1936, foi criada a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, que teve sua gestação sob o ideário católico, “no interior do movimento pelo qual a Igreja promovia a sua reinserção social” (CASTRO, 2011, p. 106). A formação era direcionada a fazer mudanças e melhorias dos costumes da classe trabalhadora.

Para Abreu (2010), o Serviço Social não foi a única profissão institucionalizada neste contexto, mas assumiu para si essa atividade através de uma prática educativa nas relações sociais:

o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, mas, antes e basicamente pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador”, e “disciplinador” [...]. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político (IAMAMOTO, 2004, p. 42).

A partir dos anos 1940, o Serviço Social passa por uma tecnificação da profissão com influência da teoria social positivista, a qual, para Yazbek (2009, p. 06), possui “apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social”, buscando uma regularidade no modo de ser dos indivíduos, um ajuste de conduta.

Nos anos 1960, com a expansão do capitalismo mundial, a América Latina passa por um desenvolvimento excludente e subordinado. Este contexto faz com que as assistentes sociais realizem questionamentos sobre a profissão em um movimento de renovação. Três vertentes de análise que emergiram: a vertente modernizadora, na perspectiva de enfrentamento da pobreza com estratégias de integração a sociedade; a vertente inspirada na fenomenologia, que buscava auxiliar o sujeito em suas relações com os outros em uma retomada ao conservadorismo; e a vertente marxista, que fez aproximação com a teoria social crítica (Ibid.)

O Serviço Social na contemporaneidade está inserido em uma perspectiva crítica, que considera a realidade social parte fundamental na intervenção profissional. As expressões da questão social são matéria prima do seu trabalho, em sua forma singular, contendo uma perspectiva histórica e política (TORRES, 2009).

A assistente social está inserida em um processo de trabalho coletivo, que na maioria das vezes já está estabelecido pelo empregador, tornando sua autonomia relativa. Por vezes, as políticas sociais, apresentam-se com viés focalista e de forma seletiva no que se relaciona ao acesso aos usuários. Consequência esta do que apresentei na contextualização da gênese do Serviço Social com embasamento na obra de Netto (2011).

Dentro deste contexto de contradições, as ações propostas pela profissional devem ser criativas e propositivas, com base nas condições objetivas das usuárias e com o direcionamento ético-político da profissão.

Para Torres (2009), o exercício profissional se faz a partir de três dimensões: a interventiva, que coloca em movimento seus conhecimentos teórico-metodológica, técnico-operativa e com componentes ético-político; dimensão investigativa, que compreende a produção de conhecimento e a dimensão ética, estabelecida no Código de Ética de 1993.

Uma das formas de materialização da intervenção profissional é o trabalho socioeducativo.

3.2 A prática educativa e a atribuição pedagógica da assistente social

Para Yamamoto (2001, p. 68) o Serviço Social provoca “efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”.

É possível afirmar que a assistente social, em seu processo de trabalho, desenvolve práticas socioeducativas vinculadas a um princípio educativo que possui referencial teórico-metodológico e ético-político. Este caracteriza-se por ter uma finalidade e um grau de planejamento de ação. (LIMA; MIOTO, 2011). Ainda pode-se dizer que as ações socioeducativas devem estar centradas na usuária enquanto sujeitos de direito e

desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre o assistente social e os usuários, um processo educativo o que possibilita aos usuários, a partir de sua individualidade, aprender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade (MIOTO, 2009, p. 500).

Segundo a autora supracitada, na prática profissional, a ação socioeducativa, pode vir através da socialização de informações e através do processo reflexivo que a profissional desenvolve junto a usuária, para buscar respostas às suas necessidades. Tem o intuito de formar uma consciência crítica e uma concepção própria de mundo para que estas sejam sujeitos do processo de construção da sua história e da história da sua sociedade.

A prática profissional da assistente social visa superar a superficialidade da vida cotidiana, alcançando o conhecimento da realidade através do desvelamento da aparência, com o intuito de apreender sua essência.

Assim, é no plano do pensamento, e em processo dialético, que visa capturar as “mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social” (COELHO, 2012, p. 23) para superar esta superficialidade.

O trabalho social nem sempre esteve alinhado com esta concepção, como pode ser visto em:

A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistencialistas, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e do trabalho; vincula-se, pois, à necessidade histórica de imprimir as referidas práticas em cunho “educativo”, “ressocializador”, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequando às suas necessidades da produção e da reprodução social (ABREU, 2010, p. 40).

Ao longo do seu processo histórico, a assistente social foi uma das profissionais requisitadas para criar consensos de classe e construir uma hegemonia na forma de se viver socialmente. A autora supracitada, aprofunda a discussão sobre a prática educativa, relacionando a uma função pedagógica que historicamente foi solicitada as assistentes sociais, com diferentes direcionamentos.

A compreensão das mudanças nestes direcionamentos parte do princípio que as relações de hegemonia são pedagógicas e situam-se no movimento histórico da vida social. Ou seja, a hegemonia é realizada a partir da formação de um modo de vida, que no modelo capitalista impõem um tipo de conformismo social através de uma cultura alienante (ABREU, 2018).

Importante citar que uma maneira de conceber pedagogia é como um conjunto de princípios e estratégias de ensino ou educação. A pedagogia está no terreno das técnicas, treinamento que tornam os indivíduos adaptados a viverem a realidade que lhes é posta. No livro, *O que é pedagogia*, Ghiraldelli (2006) diz que pedagogia pode ser entendida como uma filosofia da educação, e neste contexto existem diferentes pedagogias, ou seja, diferentes concepções filosóficas que formam as diferentes sociabilidades apresentadas ao longo da história.

A atribuição pedagógica da assistente social, é tratada por Abreu (2010, p. 21) como função pedagógica, sendo:

determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.

Para a autora, no início da profissão, a assistente social realizava um trabalho profissional que estabelecia um conformismo social e a difusão de uma cultura dominante, necessária para adequar o processo ideológico, a cultura e a racionalização produtiva. O que se deu em conjunto com mudanças nas superestruturas, que vieram para consolidar uma nova cultura, com uma nova forma de pensar, agir e sentir a vida. Esta nova cultura

impôs a destruição ativa de uma personalidade histórica, mediante a combinação de processos coercitivos – emprego de brutalidades inauditas - e educativos, imbuídos, principalmente, nas estratégias dos altos salários e no sistema de benefícios sociais (ABREU, 2010, p. 45).

Este movimento intensifica-se na América-Latina através de organismos internacionais, a partir da década de 1940, como uma forma de expandir a organização originalmente formada nos Estado Unidos no período do fordismo/taylorismo e que posteriormente culminou no chamado *Welfare State*. Como também foi citado por Brandão (1986), foram implantados programas através de métodos de caso, grupo e comunidade e com processos de desenvolvimento de comunidades, que vinham, de forma “individualizada de cunho moralizador direcionada para a *reforma moral e reintegração social*” (ABREU, 2010, p. 85).

Uma reestruturação ideológica que se deu por meio de uma rede entre estruturas públicas e privadas, gerando uma confusão histórica entre essas duas categorias. O capital passa a mercantilizar quase tudo no universo das relações sociais, em uma lógica que impõem um enfrentamento individual ao que se apresenta. A personalidade histórica é esvaziada de razão, vontade e autonomia, subtraindo dos sujeitos a direção consciente na construção desse movimento, assim, remete para a esfera moral, traz uma tendência a naturalização da vida social, com a incubação dos valores burgueses.

Para Abreu (2010) o Serviço Social teve sua inserção profissional neste processo de organização da cultura através de três diferentes perfis pedagógicos ao longo de sua história. O primeiro, que chama de pedagogia da

“ajuda”, vem neste contexto da década de 1940, com vertente norte-americana e uma perspectiva política ideológica da ação social da igreja católica. “O desenvolvimento do processo de "ajuda" psicossocial individualizada no serviço social parte do ponto de vista de que a questão social - reduzida às suas manifestações na esfera individual - constitui-se um problema moral” (ABREU, 2010, p. 85).

Neste contexto o trabalho da assistente social desenvolve-se de forma individualizada, buscando uma reforma moral e de reintegração social, através da ajuda material que vinha de políticas assistenciais e propunham uma sociabilidade do favor, sendo usadas como moedas de troca política. Houve a naturalização das desigualdades com a justificativa de ser uma condição humana, o que fomentou ainda mais a cultura da filantropia e da caridade.

Ainda segundo Abreu (2010) a pedagogia da "participação" desenvolveu-se no período da ideologia desenvolvimentista modernizadora, que teve seu ápice nos anos 1950 e 1960 no continente latino-americano. Esta era uma pedagogia com proposições que iam além da ajuda, trazia de inovador o estímulo à participação popular nos programas de governos através de processos de integração e a promoção social. Foi um período de assistência educativa, com a responsabilização dos sujeitos individuais quanto ao alcance do seu bem-estar social que viria através do seu trabalho. Essa visão superava o assistencialismo, e vinha imbuído na ideologia neoliberal.

A partir dos anos 1960, no movimento de reconceituação do Serviço Social, há a construção de uma perspectiva pedagógica “emancipatória” que surge decorrente da aproximação do pensamento marxista, e que seria desenvolvida pelas classes subalternas. Esta pedagogia é pensada através de uma análise gramsciana sobre relações de forças políticas, de autoconsciência e organização de grupos sociais que visam o despertar de uma consciência política coletiva. Pode-se destacar que seu diferencial é o intuito de despertar, entre as usuárias, uma reflexão sobre as contradições que se apresentam nos serviços institucionais da assistência e que estes são direitos conquistado através da intervenção política da sociedade que participa na sua construção histórica.

Há um despertar para uma colaboração e solidariedade intraclasse subalterna, com a necessidade de se ter uma visão crítica sobre a realidade,

surgindo assim uma nova cultura, uma concepção de mundo próprio dos grupos subalternos, afastando-se da ideologia da classe dominante. Já que esta ideologia provoca uma dicotomia entre o pensar e o agir da classe subalterna. “Esse movimento objetiva-se segundo o pensamento gramsciano na formação de uma vontade coletiva como expressão do processo de reforma intelectual e moral a qual supõe uma vinculação orgânica a base econômica” (ABREU, 2010, p. 138).

Para a autora supracitada, é necessário ter uma nova linguagem com novos símbolos para o mundo, uma reforma com mudanças econômicas, intelectuais e moral, o que representaria a construção da hegemonia das classes subalternas. Ela, também cita a educação popular como instrumento da prática da assistente social, junto a pedagogia “emancipatória”, o qual é desenvolvido, mais frequentemente, junto aos movimentos sociais populares e OSCs de base progressistas que lutam em defesa de direitos. Este trabalho se dá em uma articulação política no fortalecimento destas organizações que pode vir através de assessoria técnica para a implementação de formas de lutas pela democracia e justiça social. O que converge com Brandão (2006, p. 56) quando diz que:

O trabalho do educador popular é o de um assessor de setores organizados do povo, que o convocam para fazer o que o povo ainda não sabe ou não pode fazer, ou para ajudar, com a sua contribuição específica, os trabalhos de educação que o povo começa a saber e a poder fazer.

Apesar da pedagogia “emancipatória” fazer parte de um compromisso ético-político da profissão, sua prática não é viabilizada na totalidade, já que em sua maioria as profissionais desenvolvem seus processos de trabalho junto ao Estado o que representa uma grande resistência. Mesmo tendo a profissional, uma relativa autonomia, esta não encontra condições para sua efetivação, e o resultado final é a mescla das três pedagogias apresentadas. A prática da pedagogia “emancipatória” pode ser identificada com maior frequência nas organizações da sociedade civil que desenvolvem um trabalho independente e com o povo.

Para Giaqueto (2015), o trabalho educativo é constante e não se limita ao usuário, podendo ser exercido junto a equipe multidisciplinar, na construção coletiva de ações e formando um ambiente de reflexão crítica da realidade, indo além do produtivismo quantitativo. Mesmo em equipamentos estatais, com foco

em exigências burocrática e administrativas, há a possibilidade de construir um trabalho inter/transdisciplinar com direção na educação popular quando encontra-se uma finalidade comum entre os envolvidos.

3.3 Educação Popular e as Inspirações para o Serviço Social

O movimento de educação popular surge na busca um novo projeto de sociedade, mais justa e igualitária. Para Anhucci e Silva (2013) a formação sócio-histórica, econômica e política do Brasil, é marcada por uma cultura patrimonialista, autoritária e clientelista para com os bens públicos, o que colaborou para que uma parcela restrita da sociedade fosse privilegiada e com anuência do Estado.

Este contexto gera uma grande desigualdade social e formas perversas de exploração. Esta estrutura societária não é capaz de proporcionar melhorias nas condições de vida de toda a população, e assim a educação popular se organiza em uma proposta de oferecer meios de superar este sistema de exploração, marginalização e opressão de parte da população. Este movimento influenciou os processos democráticos na América-Latina e no Brasil.

Paulo Freire teve seu primeiro contato com o Serviço Social, quando trabalhou no SESI, porém neste período seu trabalho convergia com os projetos de modernização econômica e social do país. Assim, como o serviço social, estavam imersos em ideias desenvolvimentistas e nacionalistas que visavam adequar o homem para ser um sujeito democrático e relacionado ao desenvolvimento nacional (SHEFFER, 2013).

Ainda segundo a autora supracitada, em 1964, o educador participou como convidado especial, na mesa de abertura do II Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste, o que demonstrou nova aproximação com o serviço social, mas agora com inspirações da teologia francesa humanista e aproximação com o método em Marx. Foi nesta aproximação que houve importantes contribuições para o que foi chamado de movimento de reconceituação, o qual visava a ruptura com as práticas tradicionalistas, fazendo um questionamento sobre a profissão.

Paulo Freire, a esquerda católica e o Serviço Social, voltam-se a um trabalho de alfabetização, educação de base e de sindicalização junto dos

trabalhadores, fazendo uma leitura crítica da realidade latino-americana. Em 1967, escreve *Educação como Prática da Liberdade* e em 1968, *Pedagogia do Oprimido*, sua principal obra inspiradora para o Serviço Social, que se identifica em seu discurso uma ruptura na conciliação de classe, a escolha e fortalecimento com a classe trabalhadora, vista como explorada e oprimida. (SCHEFFER, 2013).

A obra *Pedagogia do Oprimido*, trouxe contribuições importantes para iniciar as discussões sobre a atribuição pedagógica da assistente social em uma aproximação teoria social crítica, concebendo os indivíduos envolvidos como sujeitos de sua história. “Seu método é visto enquanto instrumento de luta social que visa contribuir com a ruptura da opressão e com a transformação societária.” (SCHEFFER, 2013, p. 300). A sua prática pedagógica vem da mediação da construção de saberes, em que sujeitos são portadores da esperança de um futuro diferente.

3.4 Processo de ruptura com o conservadorismo

O movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil inicia com a experiência gestada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS da UCMG), de onde surge o Método BH (Belo Horizonte). Este foi tomando força e passou a questionar o fazer profissional que importava teorias e métodos que não eram condizentes com a formação sócio-histórica do Brasil.

Para Mustafá (2019, p. 31) o Método BH

foi inspiração para a prática social, no qual estava epigrafada a categoria da *práxis*, unindo conhecimento do materialismo dialético com estratégias de luta e enfrentamento das expressões da questão social, especialmente nas comunidades, haja vista que Leila Lima se inspirava na pedagogia de Paulo Freire e no método dialético (tese, antítese e sínteses) para desencadear uma leitura válida de cada momento histórico/político.

As profissionais envolvidas nesta proposta metodológica também faziam parte do movimento de educação popular, o que possibilitou uma outra “compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana” (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Para a autora supracitada este movimento também teve forte influência do momento estudantil do Serviço Social que estava inserido, de forma atuante, em movimentos contra o capitalismo e em uma perspectiva de revolução social. Colocaram-se contra propostas apresentadas por alguns professores que retornaram do encontro de Teresópolis:

A vanguarda do movimento estudantil, por influência da corrente marxista na militância política, criticou a vertente funcionalista e tecnicista, debateu a importância dos campos de estágios junto à população trabalhadora, incorporou o método Paulo Freire na pedagogia da ação profissional e defendeu a participação paritária nas instâncias colegiadas entre professores, estudantes e funcionários (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

Muitas estudantes de Serviço Social e assistentes sociais que tinham participação vigorosa no movimento sindical, entre outros movimentos, foram perseguidas, presas e torturadas no período de 1969 a 1977. Elas estavam a frente de lutas sociais pela redemocratização o que fortaleceu o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo.

É possível perceber que o processo de renovação do serviço social estava imerso em vários processos de ruptura com o modelo societário da época. Importante citar, que por vezes as estudantes realizavam seus estágios nas comunidades, o que também proporcionava a vivência destas lutas. Este foi um movimento orgânico na sociedade com a participação ativa de sujeitos que vivenciavam lutas em diferentes frentes, “só foi possível graças à simbiose da prática profissional com os movimentos sociais, que então era uma atividade de praxe na profissão” (MUSTAFÁ, 2019, p. 29).

Iamamoto (2019) refaz o percurso histórico que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979. Este simbolizou a renovação do Serviço Social frente ao conservadorismo, sendo a primeira manifestação massiva da categoria contra a ditadura. Foi no III CBAS que a classe expõe suas mudanças trocando a mesa de encerramento, que inicialmente era composta por representantes do governo por uma mesa formada por representantes da classe trabalhadora, de entidades sindicais, deixando pública a escolha da categoria.

O evento, também foi chamado de Congresso da Virada, expressando como o serviço social estava em sintonia com as mobilizações realizadas pela

sociedade civil organizada e movimentos sociais, como era o caso da parte progressista da Igreja Católica, fundamentados pela Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). As assistentes sociais se reconhecem em sua condição de assalariadas, em compromisso com os direitos e conquistas da classe trabalhadora.

Ainda cito Iasi (1999), que reconhece o movimento de educação popular como tendo grande importância na luta dos trabalhadores, junto aos sindicatos, no processo de mudança de consciência e em novas estratégias de transformação da realidade.

3.5 É com a práxis que se faz as transformações

O movimento de intenção de ruptura toma concretude através de experiências de profissionais da época, como o trabalho social desenvolvido junto a moradores de conjuntos habitacionais em São Paulo que fez surgir a primeira associação autônoma nacional de mutuários na luta pela habitação. Sua organização era feita através de métodos democráticos e de participação direta que questionavam o Estado sobre seus direitos. (ABRAMIDES, 2016)

A equipe de profissionais que acompanhou este processo foi demitida. A autora supracitada, expõe experiências em que profissionais passam a realizar ações integradas e considerando a totalidade da realidade social das usuárias, assim como a organização sindical da categoria por direitos trabalhistas, e outras experiências que demonstram que a ruptura com o conservadorismo foi tomando concretude na prática profissional.

Decorrente destas mudanças, em 1982, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess), elaborou, com a participação das unidades de ensino, um novo projeto pedagógico sustentados na teoria social em Marx; com o trabalho como categoria fundante do ser social, adotando o pluralismo como a direção social da profissão, articulada à perspectiva emancipatória. Houve o rompimento com o positivismo, o funcionalismo e o ecletismo. Para Abramides (2016) ainda ficaram algumas lacunas nessa proposta que foram superadas em 1996.

Para Netto (1999), uma importante contribuição para a consolidação deste novo projeto ético-político da profissão foi o fato de, nos anos 1980, o

Serviço Social ter se consolidado no meio acadêmico, com espaços de pós-graduação e produção de conhecimento a partir da área de Serviço Social. Em interlocução com as ciências sociais, formou-se uma massa crítica com inspiração na tradição marxista. Foi o conjunto de transformações que aconteciam, que tornou possível as mudanças propostas na formação das profissionais e sendo a profissão reconhecida pela Lei 8.662, em 07 de junho de 1993.

A relação teoria/prática, a práxis, se fazia presente, demonstrando que a escolha por este projeto ético-político era possível. Para Netto (1999), os projetos profissionais são a autoimagem de uma profissão, são construídos por um sujeito coletivo, sendo estruturas dinâmicas com necessidade de alterações frente a realidade sócio-históricas.

A direção social que conduz o projeto ético-político da profissão:

tem como referência a relação orgânica com o projeto de classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela legislação que regulamenta o exercício profissional (YASBEK, 2009, p. 18).

Este projeto funda-se nos valores de liberdade e justiça social, através da concepção de equidade. Uma liberdade com compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos. O valor ético-político central se faz na defesa da democracia que se realiza através da plena cidadania, autonomia e autogestão social. Quanto a relação com as usuárias, há o compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos e com abertura das decisões institucionais à participação destas usuárias (CFESS, 1993; NETTO, 1999).

Mustafá (2019), retoma o *humanismo real*, fundamentado em Marx, que está presente no código de ética. O que se faz com a eliminação de toda e qualquer exploração ou opressão de um ser humano sobre outro. Humanizar realiza-se na plena realização dos seres humanos com o atendimento de todas as suas necessidades e na realização de suas potencialidades. Assim, o projeto propõe a construção de uma nova ordem social sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero.

Em comemoração aos 25 anos do código de ética, Mustafá (2019), faz a leitura que o Serviço Social optou por atuar no interior da estrutura do

Estado, o que colaborou para a consolidação da profissão e de conquistas de direitos sociais ao longo destes anos. Porém, ocasionou o afastamento da categoria das atuações junto a sociedade civil e na formação de massa crítica, o que pode ser visto na predominância da ideologia burguesa em todos os extratos da sociedade e em gestores de extrema direita vencendo eleições. Esta aproximação da população usuária deve ser retomada, através da partilha de saberes populares e da universidade, fomentando mais atitudes críticas e orgânicas.

Ainda segundo a autora, a atuação profissional deve ir para além da demanda nas instituições públicas as quais normalmente tem excesso de burocratização. O processo de trabalho deve ir na direção de pensar e planejar. A usuária não deve ser vista como uma categoria de tem seu perfil mapeado e catalogado para que assim passe a ser a uma mera receptora de políticas sociais. A população usuária precisa ser vista como sujeitos ativos no processo de construção de sua dimensão humana.

A educação permanente se faz junto a população, sem a crença de que suas condições sociais sejam estáticas. Para isto é importante potencializar a investigação com a população usuária para conhecer e socializar as suas reais necessidades afins de criar uma identidade entre elas para que assim fomente a sua participação. A exemplo da saúde, deve resgatar o trabalho comunitário fomentando a educação popular, para que se tenha a inserção da comunidade nos trabalhos e que assim não se trabalhe apenas com ideias, mas com causas concretas que mobilizem e unifiquem os interesses.

A educação popular pode auxiliar as assistentes sociais, nesta busca de desvelar a realidade social e contribuir para a capacidade crítica das classes subalternas a partir do diálogo, círculo de cultura, práxis e da valorização dos conhecimentos populares em construções conjuntas com os sujeitos envolvidos (MACHADO; SILVA; TOLENTINO, 2019).

Para Zitkoski (2000) a educação popular pode nos levar a um diálogo criativo que valorize a cultura local em uma construção com os sujeitos que a compõem, para além da reprodução burguesa. É necessário superar a cultura de incertezas e indeterminações em que estamos imersas e alimentar nossas esperanças na utopia para poder ver o mundo fora do que ele se apresenta.

Não se pode usar os pressupostos que nos oprimem para termos diferentes objetividades, precisamos tirar o opressor de dentro de nós. É necessário ter esperança e ser mais, o novo vem com quem ousa ir além do que se pode fazer no agora, a utopia não é um caminho com direção exata para se chegar em algo, utopia não é trabalho em seu sentido ontológico, utopia é o que nos liberta desse caminho e nos faz subir para ver o horizonte.

4 PERCURSO METODOLOGICO E LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS

Quanto aos aspectos metodológicos deste trabalho, utilizei para a sua fundamentação, a pesquisa teórica bibliográfica e documental, parte indispensável para todos os estudos, em que é feita a aproximação do conhecimento anteriormente produzido, com fins à compreensão de um fenômeno ou processo levantado na problematização, ou seja, na pergunta de partida. A pretensão aqui não é encontrar a explicação para tais fenômenos ou processos, mas fazer recortes com “determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexões sistemáticas entre eles” (MINAYO, 2002, p. 18).

Para a coleta dos dados, realizei revisão sistemática da literatura e para sua análise, a abordagem qualitativa, por entender que esta “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (ibid., p. 21-22).

A revisão sistemática da literatura, propõe-se a responder uma pergunta específica, através de critérios de seleção bem definidos e que visam coletar e analisar dados, explicitando aos leitores seu caminho metodológico. O que possibilita uma análise mais objetiva dos resultados, abordando as similaridades e diferenças entre as pesquisas já realizadas, assim como facilita sua síntese conclusiva. Esta, não vem com o intuito de apenas colher informações, mas de acompanhar o curso de pesquisas e vivências compartilhadas através da linguagem científica. Propõem-se identificar lacunas neste processo e propor novas pesquisas (GOMES; CAMINHA, 2013).

Através desta metodologia é possível apresentar uma síntese de evidências que se relacionam com uma estratégia de intervenção. Sua escolha veio com o propósito de encontrar as “pérolas”¹⁵ da prática profissional com suas características de repetibilidade e reprodutibilidade.

¹⁵ Termo usado nas rodas de Terapia Comunitária Integrativa para as experiências compartilhadas que nos inspiram e nos mostram outras possibilidades para realizarmos transformações em nossas vidas. Nas rodas encontramos nossas pérolas e as levamos, o restante deixamos ali para que outros levem.

Para Zoltowski et al. (2014) pesquisadores podem utilizar-se de métodos e critérios diferenciados para identificar, analisar e sintetizar os dados, porém sua qualidade metodológica depende da sua condução e das estratégias de buscas que devem ser feitas com espírito crítico em uma relação com sua pergunta norteadora.

Considero que a pesquisa de campo, através do contato direto com sujeitos que vivenciam a prática profissional em seu cotidiano, é fundamental para construção do conhecimento. Porém, mediante a realidade que nos encontramos, em tempos de pandemia da COVID-19¹⁶, que nos impôs isolamento social como uma forma de cuidado coletivo, dificultou os momentos de encontros presenciais e visitas de campo.

Assumindo a imprescindibilidade do cuidado coletivo neste momento histórico, como já pronunciado, houve a mudança no projeto inicial de pesquisa do presente TCC. Deste modo, optei pela revisão sistemática da literatura. A escolha foi feita sem prejuízo no objeto central da pesquisa, isto é, conhecer as experiências e práticas de intervenções profissionais que se relacionam com educação popular.

Em uma pesquisa com direção na educação popular, entendo a importância do 'saber de experiência feito' e que a construção do conhecimento é feita de forma compartilhada. Através da valorização da partilha do que foi vivido em territórios distintos, onde profissionais, inseridas em diferentes culturas, trilham diferentes caminhos com o mesmo direcionamento ético político. A proposta é sistematizar as experiências, valorizando as trilhas já percorridas, "através de múltiplas possibilidades criativo-inventivas; de ensinar e aprender, refletir e agir com e sobre o mundo" (LIMA et al., 2020, p. 2741).

A concepção freiriana de 'saber de experiência feito' também é tratada como senso comum em suas obras. O autor faz menção de sua superação, que através de um processo reflexivo, amplie-se sua leitura, construindo um conhecimento com todos os envolvidos e a partir de sua realidade. Esta expressão está presente ao longo de suas obras, sendo que "Freire sustenta a

¹⁶ Doença causada por um novo coronavírus, SARS-CoV-2, com os primeiros relatos em dezembro de 2019. Há pouco conhecimento sobre pré-imunidade, vacina ou tratamento específico da doença. Esta apresenta rápida transmissão, o que sobrecarregou o sistema de saúde levando milhares de pessoas a óbito pelo mundo.

valorização desse saber imediato, que brota das vivências cotidianas” (PEREIRA, 2017, p. 114) que fazem parte de um processo criativo e dialógico.

Julgo que o ‘saber de experiência feito’ aproxima-se do fazer profissional quando realizado junto da comunidade e realizado através de suas vivências locais. Por vezes esquemas teóricos são super valorizados diante da prática como em caso de projetos de intervenção que são pensados sem a presença das usuárias, ignorando seus saberes, sua realidade e suas reais necessidades. O saber escutar deve ser exercitado nas profissionais em um caminho onde não se trabalha para o outro, mas com o outro. “Daí a valorização do ‘saber de experiência feito’ para, refletindo sobre ele, criticando-o, ampliando-o, entender a realidade para transformá-la” (FÁVERO, 2010, p. 126).

Este TCC está inserido na perspectiva de que o conhecimento é construído de forma compartilhada, de maneira a valorizar as experiências e práticas de profissionais que se utilizam de pressupostos da educação popular. Profissionais que produzem conhecimento junto de usuárias, organizam e os comunicam através da literatura científica.

O enfrentamento de desafios da prática profissional, se faz na criação de respostas que surgem, não em outro lugar, mas na experiência acumulada em sua própria história (VALLA; MARTELETO, 2003). Assim, é de interesse refletir sobre como se organiza, gere e reedita conhecimentos e experiências acumuladas nas práticas profissionais ao longo do tempo.

Feitas tais considerações, cabe agora, deslindar o percurso metodológico, com o apoio de referências fundamentais acerca da revisão sistemática de literatura, Galvão e Ricarte (2019), Gomes e Caminha (2013); Rother (2017) e Zoltowski et al. (2014); a fim de responder aos objetivos propostos.

4.1 Formulação da pergunta

Em 20 de outubro de 2020, o projeto desta pesquisa – *A contribuição da educação popular para a função pedagógica da assistente social no campo da saúde mental: estudo de caso sobre o centro de apoio psicossocial (CAPS)*

da *Regional V em Fortaleza-Ce*, foi reformulado, visto o atraso de sua apreciação pela Plataforma Brasil¹⁷.

O referido projeto foi enviado, no dia 17 de setembro de 2020 e não obtive resposta no prazo de 30 dias, o que inviabilizou a pesquisa, que seria por meio de visita de campo no Caps já mencionado e de entrevistas com as 4 assistentes sociais. Desta forma, foi necessário reestruturar a proposta do estudo.

Com o pouco tempo disponível para a execução da pesquisa e num cenário de pandemia em que a população ainda não foi vacinada e nem sabe ao certo quando isto acontecerá, a saída foi abdicar, da pesquisa de campo.

Neste processo, fiz uma análise do material que já havia sido produzido no projeto anterior, mantendo as sessões destinadas ao movimento de educação popular, serviço social e a prática educativa da assistente social.

Através de uma pesquisa prévia nas bases de dados da *SciELO* e *EBSCO HOST*, encontrei produções científicas que relacionavam *serviço social* e *educação popular*, mostrando-se possível o estudo por meio de revisão literária. Sem tirar o foco da prática profissional, decidi fazer uma revisão sistemática de literatura em artigos pertinentes a experiências profissionais no campo da educação popular.

Face ao devido delineamento, a questão central se direcionou a analisar como a educação popular concretiza-se na prática educativa da assistente social em experiências compartilhadas através de literatura científica.

Este trabalho também objetivou compreender e descrever a educação popular como prática pedagógica, conhecer a relação entre serviço social e educação popular e finalizou com a identificação de práticas educativas, relacionadas com educação popular, a partir de relatos de experiências de assistentes sociais.

¹⁷ Toda pesquisa que envolva seres humanos deve ser avaliada pelo Sistema CEP/CONEP, para que seja realizada uma análise ética dos projetos de pesquisa antes do seu início. Devendo ser enviado o projeto a em ambiente eletrônico por meio da ferramenta eletrônica chamada Plataforma Brasil, o qual tem um prazo de 30 dias para o seu retorno. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. O procedimento visa a segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes de pesquisa. Link: <<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>>.

4.2 Localização e seleção dos estudos em bases de dados eletrônicas

Para a busca dos estudos de revisão sistemática selecionei duas bases de dados disponíveis no *site* da Biblioteca Unifametro. A escolha se justifica por serem multidisciplinares e por oferecerem a opção de exportar as referências bibliográficas em arquivo RIS¹⁸, já que optei por utilizar o gerenciador de referências Mendeley Desktop¹⁹.

Não houve restrição de datas nesta pesquisa. Abaixo seguem os critérios de inclusão e exclusão de cada base:

a) *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*. Uma biblioteca eletrônica composta por periódicos científicos de base multidisciplinar, as quais contemplam textos completos e de acesso gratuito. Para esta base de dados, desenvolvi dois caminhos para a busca:

• **Busca tipo 1:**

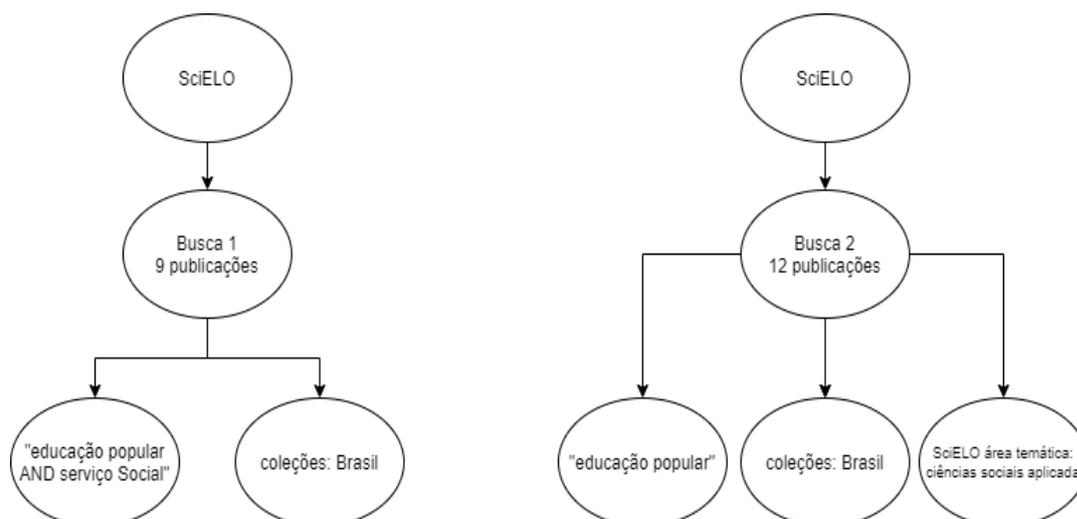
A busca foi feita em “todos os índices” através de “educação popular AND serviço social”, com o filtro selecionado: coleções: Brasil, sendo encontradas nove publicações.

• **Busca tipo 2**

A busca foi feita em “todos os índices” através de “educação popular”, com os filtros selecionados: coleções: Brasil e *SciELO* área temática: ciências sociais aplicadas. O resultado indicou 12 publicações.

¹⁸ Arquivo de citação bibliográfica, desenvolvido pela *Research Information Systems (RIS)*, com a função de padronizar informações de citações e realizar trocas entre bibliotecas digitais. Estes arquivos contêm informações sobre título, autor, data de publicação, palavras-chave, editor, entre outras. Disponível em: <<https://filememo.info/extension/ris/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁹ Mendeley é um *software* acadêmico que oferece a função de gerenciador de referências bibliográficas para a organização e análise dos dados.

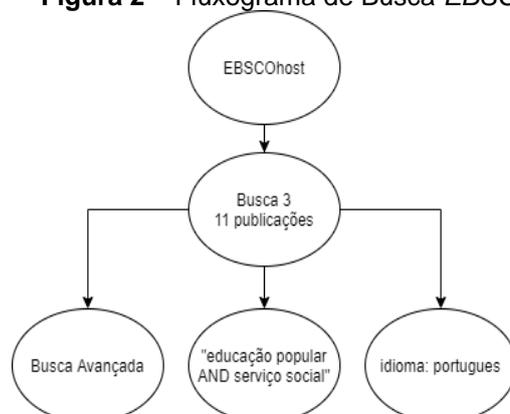
Figura 1 – Fluxograma de Busca *SciELO*

Fonte: A autora (2020).

b) *EBSCO host*: a biblioteca Unifametro disponibiliza esta base de dados eletrônica que oferece 17.839 títulos entre periódicos científicos, revistas, publicações de base multidisciplinar.

• **Busca tipo 3**

A busca foi feita na opção “avançada”, sem selecionar um campo específico e usando a frase “educação popular AND serviço social”, com o filtro para idioma: português. Por conseguinte, foram encontradas onze publicações.

Figura 2 – Fluxograma de Busca *EBSCO*

Fonte: A autora (2020).

As publicações foram selecionadas, exportadas no formato RIS e, posteriormente, abertas no Mendeley *Desktop*.

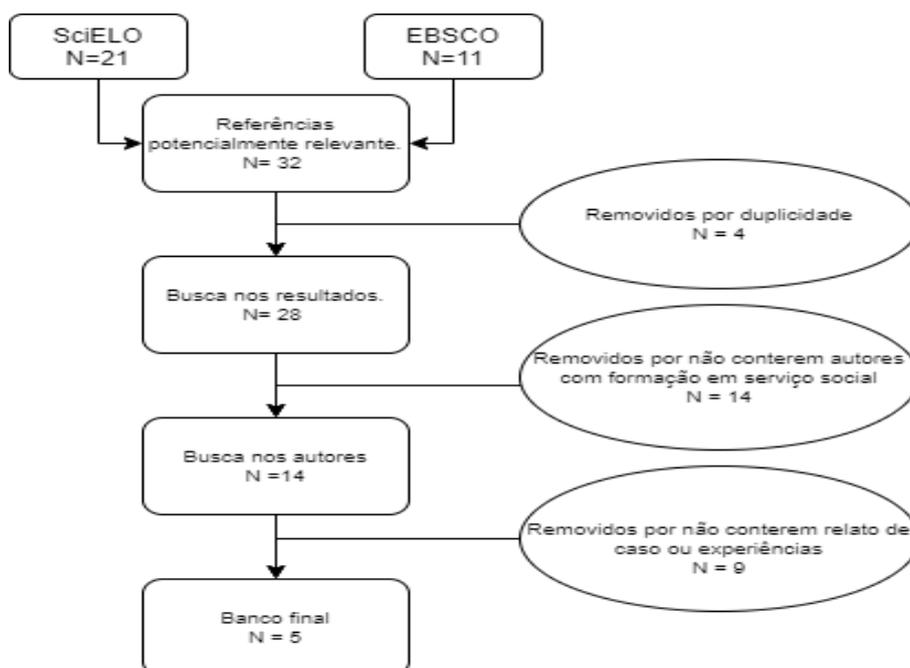
4.3 Avaliação crítica dos estudos, com o estabelecimento de critérios para a sua validade

Foram utilizados dois critérios de inclusão:

1. Ter pelo menos um/a autor/a com formação em serviço social. Este foi o primeiro critério a ser utilizado, e sua consulta foi feita no próprio artigo ou no currículo *Lattes* dos/as autores/as.
2. A pesquisa, necessariamente, deveria ter relato de caso ou de experiência, com a descrição de prática profissional, envolvendo pelo menos um/a dos/as autores/as. Para isto, foi feita a leitura do resumo e introdução, quando necessária.

Nesta condução, foram excluídos quatro artigos que estavam em duplicidade. Após passar pela seleção dos critérios, constatei que 14 artigos não tinham autores/as com formação em Serviço Social e nove desprovidos de relato de caso ou de experiência, contendo pesquisas bibliográficas, documental, reflexões teóricas, ou pesquisas de campo através de entrevistas. Assim sendo, cinco artigos ficaram no banco final.

Figura 3 – Fluxograma de Banco Final



Fonte: A autora (2020).

4.4 Coleta, análise e apresentação dos dados

Ao excluir os artigos em duplicidade permaneceram 28 artigos que relacionavam educação popular e serviço social, sendo que destes, cinco foram escritos, exclusivamente por assistentes sociais, cuja discussão se centrava na profissão. Em nove artigos, constavam assistentes sociais na autoria, porém foi priorizado um olhar multidisciplinar, junto de outras profissionais. Assim, em 14 artigos não havia a participação de assistentes sociais em sua autoria.

A referência bibliográfica dos 28 artigos encontra-se no apêndice.

Tabela 1 - Artigo quanto a autoria

Artigos inicialmente selecionados	28
Artigos sem participação de assistentes na autoria	14
Artigos com autoria multidisciplinar e com a participação de assistente social	9
Artigos com autoria exclusiva de assistentes sociais	5

Fonte: A autora (2020).

Quanto a metodologia utilizada, para a elaboração dos artigos com autoria de assistentes sociais, cinco dos trabalhos coletados apresentavam relato de caso ou experiências, de maneira que foram predominantes as pesquisas bibliográficas, documental, de reflexões teóricas ou de campo através de entrevista.

Tabela 2 - Artigo quanto a metodologia

Artigos com a participação de assistentes sociais na autoria	14
Artigos com pesquisas bibliográficas, documental, de reflexões teóricas ou pesquisas de campo	9
Artigos com relato de caso ou experiência	5

Fonte: A autora (2020).

Quanto ao ano de publicação destes artigos tem que, em 2019 e 2020 foram publicados 42,8%, com predomínio no ano corrente. Apesar da discussão sobre a temática ser maior nestes anos, os relatos de caso e experiência concentram-se entre 2012 a 2015 e 2009, verificando-se uma publicação em cada ano citado.

Tabela 3 - Artigo quanto ao ano de publicação

Ano de publicação	Total de artigos	Artigos sem participação de assistentes na autoria	Artigos com participação de assistentes sociais na autoria e sem relato de experiência	Artigos com participação de assistentes sociais na autoria e com relato de experiência
2020	7	4	3	0
2019	5	2	3	0
2018	1	1	0	0
2017	1	1	0	0
2016	1	1	0	0
2015	1	0	0	1
2014	2	0	1	1
2013	2	0	1	1
2012	2	0	1	1
2011	1	1	0	0
2010	1	1	0	0
2009	1	0	0	1
2007	1	1	0	0
2005	1	1	0	0
2002	1	1	0	0

Fonte: A autora (2020).

Os quadros que seguem apresentam a sistematização dos relatos de experiências coletados na literatura pesquisada, em que organizei na seguinte forma: título, metodologia utilizada, campo de atuação da experiência, descrição da experiência, objetivos e resultados obtidos. Ressalto que as informações foram retiradas dos textos em consonância com seus relatos. Ainda, inclui um tópico, com a finalidade de identificar quais as concepções da educação popular eram predominantes.

Quadro 1 – Sistematização de artigo 1

Título	A saúde no diálogo com a vida cotidiana: a experiência do trabalho educativo com idosos no grupo roda da saúde.
Referência bibliográfica	BERNARDO, M. H. J. et al. A saúde no diálogo com a vida cotidiana: a experiência do trabalho educativo com idosos no grupo roda da saúde. Revista de atenção primaria a saúde , [s. l.], v. 12, n. 4, p. 504–509, 2009.
Metodologia	Relato de experiência.
Campo de atuação	Saúde - Ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI), da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ), em parceria com o Projeto de extensão Nutrição e Terceira Idade do Instituto de Nutrição da UERJ.
Ação e objetivo	Ações educativas em promoção de saúde no envelhecimento através da “Roda da Saúde” que finaliza com o chá da tarde. A programação era definida pelo próprio grupo, com temas emergentes no processo e/ou sugeridos pelos participantes. Objetiva fomentar a participação popular, ampliando os espaços de interação e participação no âmbito assistencial. Estimular a reflexão e a produção coletiva sobre temas relacionados à saúde e qualidade de vida.
Resultados da prática	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas criativas e politizantes, centradas no usuário e no direito à vida, com manifestações espontâneas e construção de um local de afeto; - Construção de vínculos que resultou no envolvimento dos participantes que passaram a compartilhar suas experiências de vida; - Ampliação de espaços de interação e participação popular.
Concepções da Educação popular identificados	<ul style="list-style-type: none"> - Relações dialógicas com problematização das temáticas, no compartilhamento de falas e vivências; - Estímulo a reflexão e produção coletiva sobre saúde e qualidade de vida; - Temáticas sugeridas faziam parte do contexto de vida do grupo; - Realização de síntese da roda com reflexões para a vida cotidiana; - Amorosidade e solidariedade.
Observação	Trabalho realizado de forma interdisciplinar com diversos profissionais envolvidos.

Fonte: A autora (2020).

Quadro 2 – Sistematização de artigo 2

Título	Gestão Participativa no SUS e a Integração Ensino, Serviço e Comunidade: a experiência da Liga de Saúde da Família, Fortaleza
Referência bibliográfica	BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha et al. Gestão participativa no SUS e a integração ensino, serviço e comunidade: a experiência da Liga de Saúde da Família, Fortaleza, CE. Saúde soc. , São Paulo, v. 21, supl. 1, p. 80-93, Maio 2012.
Metodologia	Relato de experiência

Quadro 2 – Sistematização de artigo 2

(continua)

Campo de atuação	Saúde - Projeto de Extensão Liga Saúde da Família (LSF) gestão participativa de profissionais da área da saúde do município de Fortaleza em conjunto com a comunidade, UECE e UFC.
Ação e objetivo	Projeto de extensão que integra ensino-serviço-comunidade, com profissionais da saúde, docentes e comunidade. Foi utilizado o do método da roda, que visa o poder compartilhado através de redes em diversos espaços e da tenda invertida ²⁰ . Objetiva fomentar o protagonismo dos integrantes e da comunidade na construção das atividades do projeto e na ampliação de um olhar crítico sobre a realidade social e do trabalho em saúde. Potencializando espaços de co-gestão docente-assistencial. Realizar a gestão participativa fomentando uma cultura democrática com a inserção comunitária e discussão dos problemas sociais concretos para a criação de um plano de ação com as necessidades reais da comunidade. Trazer a comunidade para perto da universidade com a interação de diferentes saberes.
Resultados da prática	<ul style="list-style-type: none"> - Gerou espaços de vivência e formação pedagógica integrada e participativa com a equipe de trabalho e comunidade; - Integração entre diferentes profissionais da saúde com a construção de um trabalho integrado; - Ampliação do olhar crítico e propositivo sobre a realidade social e o trabalho em saúde; - Avanço na construção de saberes e práticas na saúde da família, na perspectiva do trabalho comunitário; - Integração entre ensino, serviço e comunidade através de gestão participativa e dialógica; - Vivência nos territórios, construção participativa do conhecimento, com participação ativa dos envolvidos; - Reflexões teóricas através de experiências vividas nos territórios.
Concepções da Educação popular identificados	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão participativa e dialógica, com o desenvolvimento da democracia participativa; - Práxis pedagógica; - Partir da realidade dos sujeitos envolvidos, respeito a 'experiência de saber feito'; - Realização de uma leitura crítica e propositiva da realidade; - Conhecimento construído de forma coletiva e compartilhado; - Aproximação afetiva entre os participantes, amorosidade.
Observação	Foi relatada a dificuldade com o engessamento dos currículos que não proporcionam a vivência interdisciplinar. Trabalho interdisciplinar e formação interdisciplinar em saúde.

Fonte: A autora (2020).

²⁰ Modelo que não dissocia o trabalhar do formar, ou seja é quando o “ locus e momento de formação do profissional passa a ser, o território onde a equipe” (ANDRADE, 2004, p. 35) de saúde atua. Um modelo de formação ligado a resolução de problemas reais, onde acontece momento de distanciamento para a reflexão.

Quadro 3 – Sistematização de artigo 3

Título	Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano
Referência bibliográfica	SAMPAIO, J. et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão Pernambucano. Interface - Comunicação, Saúde, Educação , [s. l.], v. 18, p. 1299–1311, 2014.
Metodologia	Relato reflexivo de experiência
Campo de atuação	Saúde - Rodas de conversas com jovens do sexo feminino no sertão de Pernambuco.
Ação e objetivo	Fomentar rodas de conversas com participantes do sexo feminino de 10 a 19 anos, utilizando-se da pedagogia crítica de Paulo Freire através de uma estratégia dialógica, buscando um trabalho sem fragmentação de ações. Os temas das rodas eram escolhidos pelas participantes que tinham fala livre e autonomia na participação. Foi um trabalho de ensino-pesquisa-extensão, de forma intersetorial e interprofissional, envolvendo espaços da saúde e sociedade civil. Objetiva fomentar espaços para realização, de modo crítico, o pensar dos papéis construídos ao longo da história e relações de desigualdade de gênero, classe e etnia. Pesquisar sobre o movimento pedagógico realizado com a implementação da metodologia freiriana em conexão com as transformações sociais.
Resultados da prática	<ul style="list-style-type: none"> - As rodas efetivaram-se como um ponto de encontro entre as adolescentes e seus cuidadores, espaços de negociação, de acolhimento, de produção de prazer e na busca da produção da consciência crítica e autônoma das adolescentes diante de suas experiências afetivo-sexuais; - Com o passar do tempo as adolescentes passaram a refletir e problematizar suas próprias narrativas, que no início eram apenas expositivas; - Criação de vínculos intergeracionais entre as participantes; - Aos facilitadores da roda, possibilitou o repensar sobre a atividade, sobre a linguagem, recursos e métodos utilizados, e relações entre igualdades e diferenças; - Propiciou aos facilitadores a reflexão sobre suas escolhas e a percepção de que estas são um ato político; - Fomentou a escuta dos profissionais sob as demandas das adolescentes; - Geração de vínculos afetivos entre as agentes comunitárias e as usuárias.
Concepções da Educação popular identificados	<ul style="list-style-type: none"> - Diálogo como estratégia política libertadora, favorecendo emancipação humana, política e social, com finalidade de transformação da realidade; - Educação libertadora e uso de círculos de cultura; - Problematização, tomada de consciência e ressignificação de sentido das experiências vivadas; - Horizontalidade de poder nas relações e na condução das rodas; - Construção compartilhada de novas formas de pensar; - Exercício do silêncio e da escuta sensível; - Situar os fatos no tempo histórico-social para que o sujeito se descubra construtor de sua própria história; - Articulação de saberes técnicos e 'saber de experiência feito'; - Defesa da liberdade e autonomia das participantes; - Amorosidade.
Observação	Trabalho interdisciplinar com o envolvimento de diversos atores da sociedade. Este trabalho se propôs realizar uma reflexão sobre a prática e o método usado como estratégia pedagógico-libertadora. Citou a fragmentação que há nos trabalhos intersetoriais

Fonte: A autora (2020).

Quadro 4 – Sistematização de artigo 4

Título	A Comunicação E Saúde E a Educação popular Como Estratégias De Concretização Dos Direitos
Referência bibliográfica	MARTINS, R. A. S.; JULIÃO, C. H. A Comunicação e Saúde e a Educação popular Como Estratégias De Concretização Dos Direitos. Intervenção Social , [s. l.], n. 42–45, p. 111–124, 2015.
Metodologia	Pesquisa ação.
Campo de atuação	Saúde - Projeto de extensão em interface com a pesquisa da UFTM, intitulado "Comunicação, educação e mobilização social na área de saúde no município de Uberaba/MG/Brasil"
Ação e objetivo	<p>Primeira fase do projeto de extensão e pesquisa sobre política de saúde em Uberaba e efetivação dos direitos da saúde. As ações foram construídas de forma coletiva com os atores envolvidos buscando desvelar a realidade das unidades de saúde quanto ao perfil dos trabalhadores da saúde, as demandas e suas necessidades, os usuários dos serviços de saúde, com foco nas manifestações da questão social no cotidiano destes espaços.</p> <p>Com base nesta pesquisa foram elaboradas as intervenções de comunicação, educação e mobilização social em saúde. Houve a realização de programas de rádio sobre direitos em saúde pública para população, evento com oficinas e conferências para os profissionais, assim como elaboração de artigos científicos.</p> <p>Objetivou o empoderamento de sujeitos coletivos para a luta pela efetivação de seus direitos em saúde, e a formação aos discentes de serviço social em um processo de trabalho interdisciplinar e aproximação da teoria com a realidade de atuação, provocando reflexões sobre as ações realizadas.</p>
Resultados da prática	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões sobre saúde em sua integralidade; - Compartilhamento dos saberes que resultaram das pesquisas em eventos científicos e oficinas para os profissionais da saúde e gestores do município; - Identificou-se a desresponsabilização do Estado frente políticas públicas e direitos sociais. Assim como a falta de conhecimento dos usuários frente as políticas de saúde, perspectivas de participação social e controle social; - Promoção de espaços de debate e problematização da realidade da saúde no município com participação da comunidade, profissionais e gestão; - 30 programas de rádio com a finalidade de comunicar a população sobre política de saúde, SUS e direito a saúde pública. Através do direcionamento na educação popular, foram feitas reflexões sobre a linguagem usada para promover o diálogo com a população; - Houve o reconhecimento da relevância do envolvimento dos profissionais da saúde e dos usuários para a efetivação das políticas em saúde, assim como a interação dos diversos setores envolvidos.
Concepções da Educação popular identificados	<ul style="list-style-type: none"> - Construção coletiva, interdisciplinar e intersetorial do conhecimento; - Compreensão da realidade social em sua complexidade, através da reflexão crítica visando a transformação social; - Organização, mobilização e participação comunitária para o fortalecimento da cidadania, equidade, liberdade, democracia e justiça social; - Interlocução entre o conhecimento da universidade e 'experiência de saber feito'; - Práxis na formação profissional através da extensão universitária.
Observação	Projeto do curso de Serviço Social.

Fonte: A autora (2020).

Quadro 5 – Sistematização de artigo 5

Título	Diálogos entre Serviço social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular
Referência bibliográfica	OLIVEIRA, Lucia Conde de et al. Diálogos entre Serviço social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 114, p. 381-397, Jun. 2013.
Metodologia	Reflexões sobre uma experiência profissional.
Campo de atuação	Saúde - Projeto de Extensão Liga Saúde da Família (LSF) gestão participativa de profissionais da área da saúde do município de Fortaleza em conjunto com a comunidade, UECE e UFC.
Ação e objetivo	<p>Projeto de extensão multiprofissional com promoção de práticas em saúde vinculadas aos interesses e necessidades da população em vulnerabilidade social. Usou-se do método de co-gestão de coletivos com o fortalecimento dos sujeitos.</p> <p>Seu objetivo geral era possibilitar um processo de ensino-aprendizagem aos estudantes e docentes dos cursos de graduação da área da saúde, mediado pela realidade social vivenciada pela população e pelo contexto das unidades básicas de saúde da família.</p> <p>Também objetivava trabalhar o cuidado dos envolvidos através da formação de vínculos.</p>
Resultados da prática	<p>Percepção ampliada, através de abordagem crítica, problematizadora e interdisciplinar do contexto social e dos processos de saúde e doença da população.</p> <p>Interdisciplinaridade como princípio de uma educação transformadora e que vai além dos muros da Universidade</p> <p>Articulação da equipe com os movimentos sociais</p> <p>Construção participativa do projeto de pesquisa</p> <p>Perspectiva comunitária que forneceu subsídios para a compreensão e o redimensionamento da prática, em uma interação com a população e universidade como dimensão social da formação humana</p> <p>Ações de fortalecimento da participação popular e controle social nos conselhos locais de saúde, através de diálogos sobre direitos sociais</p>
Observação	<p>Interdisciplinaridade e interação Universidade e população;</p> <p>Respeito a autonomia e liberdade;</p> <p>Respeito ao 'saber de experiência feito' para a construção do conhecimento;</p> <p>Dissolução do poder e processos democráticos participativos;</p> <p>Uso do diálogo e problematização como recursos pedagógicos;</p> <p>Práxis na formação profissional;</p> <p>Leitura de mundo através da reflexão crítica.</p>
Observação	Este trabalho faz uma reflexão sobre o papel do serviço social no projeto realizado de forma multiprofissional, trazendo a compreensão de uma pedagogia de base popular transformadora. É feita uma observação da necessidade de mais discussões sobre educação popular e serviços social.

Fonte: A autora (2020).

Os cinco artigos que constam no banco final estão relacionados com projetos de Extensão Universitária no campo da saúde. Neles é exposto o compromisso de práxis pedagógica, fomentando espaços de formação *in loco*. O compromisso com a formação profissional mostra-se de forma mais evidente nos artigos 4 e 2-5²¹. Porém as propostas rompem com os muros da universidade fazendo uma aproximação da realidade, envolvendo a comunidade e os profissionais que atuam diretamente com as usuárias. A proposta é a interação de saberes com a valorização da cultura e do ‘saber de experiência feito’. Também apresentam uma dimensão política com compartilhamento de informações sobre direitos a saúde e sua real efetivação, tendo finalidade de mobilização e organização popular.

É comum nos relatos dos quatro projetos a construção de espaços que fomentam a participação popular. Os projetos relatos nos artigos 4 e 2-5, fomentam a participação popular para o levantamento real das necessidades da comunidade, para posteriormente elaborarem um plano de ação. São projetos de co-gestão²². Já nos relatos 1 e 3, os espaços de participação popular visam a partilha de experiências, com o intuito de propiciar novas percepções sobre o mundo, sobre si e o outro. Propõe mudanças de consciência, tanto das usuárias como das profissionais que atuam no processo de trabalho, o foco está na prática pedagógica.

Os cinco relatos mencionam espaços para a promoção de reflexão crítica sobre a realidade em que as participantes estão inseridas, com a dissolução do poder na condução das atividades, valorizando a liberdade e autonomia dos sujeitos. A concepção de diálogo é constante nas práticas, seja nas rodas de conversa, na escuta atenciosa, na postura das profissionais frente aos sujeitos que utilizam os serviços, na promoção de vínculos e afeto, na forma de compartilhar ou construir conhecimento. O diálogo é recurso basilar na

²¹ Uso a forma 2-5 quando me referir a experiência relatada nos artigos 2 e 5, já que relatam experiências referente ao mesmo projeto.

²² “A co-gestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, para que não haja excessos por parte dos diferentes corporativismos e também como uma forma de controlar o estado e o governo. É, portanto, uma diretriz ética e política que visa motivar e educar os trabalhadores” (BRASIL, 2009 p. 08).

condução de ações com direção na educação popular. Não se apresenta como uma técnica, mas integrado a todo o processo, nas relações com o outro.

A formação de vínculos afetivos é ressaltada como resultado das experiências em três projetos, fazendo parte do processo em sua integralidade. O relato 4, projeto desenvolvido pelo curso de serviço social, não faz menção as relações de afeto e amorosidade, sua a ênfase é na atividade de comunicação de direitos sociais e partilha dos resultados da pesquisa.

4.5 Interpretação dos dados

Com base nos cinco relatos de experiências identificados nesta pesquisa pude constatar que a educação popular se concretiza na prática educativa da assistente social, em equipes multiprofissionais, através do fortalecimento de vínculos, mobilização e organização social, que propicia espaços de partilha de saberes e reflexões críticas, com o interesse de realizar transformação na realidade.

A educação popular rompe com a ideia de ações focalizadas e fragmentadas, promovendo espaços de trabalhos na diversidade de saberes e de culturas quando há uma finalidade comum. Todos os projetos apresentados envolviam diversidade quanto aos sujeitos e aos espaços de atuação. Os projetos envolviam docentes, discentes, técnicos da saúde, gestores, usuários e a comunidade em sua totalidade. O envolvimento destes atores se dava desde a organização até a execução das ações, cada um com suas particularidades e todos com sua importância.

Os projetos são interprofissionais no campo da saúde e seguem a tendência da Educação Interprofissional em Saúde (EIP). Segundo Costa (2018), a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), fez um chamado ao Brasil, em 2017, para elaborar um plano de ação de implementação da EIP. As experiências aqui relatadas são pioneiras neste sentido, já que são anteriores a 2017.

A saúde apresenta-se “numa concepção sócio-histórico-cultural, enfatizando a integralidade do cuidado, com a equipe de saúde atuando em uma perspectiva interdisciplinar” (BATISTA, 2012, p. 25). Para a efetivação desta

perspectiva, que segue a direção do Sistema Único de Saúde (SUS), há a necessidade de integração curricular, o que se mostra um desafio. Também menciona o resgate da dimensão ética, humanista, crítico-reflexiva para que se tenha uma concepção ampliada de saúde. A dificuldade na flexibilidade dos currículos na formação acadêmica é relatada no artigo 2 convergindo com esta discussão e encontrando na educação popular uma forma de efetivar a EIP.

Esta discussão se faz importante para o Serviço Social, visto que o Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução de nº 218 de 06 de março de 1997, reafirmou a assistente social como uma profissional da saúde, tendo em vista a relevância dos determinantes sociais da saúde. Segundo a resolução CFESS N° 383/99, o fazer profissional da assistente social na saúde, deve ser em uma perspectiva interdisciplinar, no acesso a informações e ações educativas nas relações sociais, econômicas e políticas do país. Sua atuação, também se dá na efetivação do Controle Social, viabilizando a participação popular junto aos Conselhos e Conferências de Saúde, como preconiza a Lei nº 8.142/90.

Apesar da literatura citar a influência da educação popular no trabalho da assistente social junto as OSCs e com movimentos populares, não foi identificado relato de experiência neste campo de atuação, o que demonstra um distanciamento destas profissionais da escrita científica.

A concepção de educação popular apresentou-se na totalidade dos projetos. Não há menção de um método de forma isolada, mas como uma pedagogia que direciona as ações. Prevalece nos relatos a importância da vivência, onde a teoria relaciona-se com a prática, como menciona Iasi (1999, p.76) em seu livro *Processo de Consciência*: em um “momento de encontro entre a vida e a teoria, em que o esforço pedagógico se expressa na tentativa de traduzir a teoria em vida.” Este trecho descreve a importância de viver a teoria no processo de formação, para que esta seja apreendida partindo da realidade em um processo de mudança de consciência.

As experiências não se limitavam a formação de estudantes, mas ampliam as ações de troca de saberes com outros profissionais da saúde e com a comunidade. Esta interação na diversidade relaciona-se com a amorosidade na educação popular, uma postura de humildade e respeito as diferenças

gerando vínculos e troca de afetos, o que finda na solidariedade. Elemento importante para a formação de uma nova cultura sem opressão e exploração, como cita Abreu (2010).

O relato 4, que foi desenvolvido pela coordenação do curso de serviço social, não faz menção aos vínculos afetivos e mantém o foco na comunicação de direitos. Quanto a este fato trago Vasconcelos (2010), o qual expõe que o serviço social, no intuito de fazer a ruptura com o conservadorismo, criou o que ele chama de “recalque da subjetividade”. Este se expressa, por vezes, em uma dificuldade do reconhecimento das dimensões e processos subjetivos nas relações com o outro, gerando um “endurecendo e embotamento da afetividade, da criativa e sensibilidade” (Ibid. p. 209) nos processos de trabalho.

O autor, também faz críticas ao distanciamento que a profissão tem do humanismo, o que dificulta um pluralismo crítico em trabalhos trans/interdisciplinar, tão requeridos na saúde. Mustafá (2019) também faz uma crítica a este distanciamento trazendo a concepção do que ela chama de *humanismo real* que está presente no Código de Ética de 1993.

A dimensão educativa em um trabalho social, está relacionada com a vivência e não se limita a transmissão de informação. O processo de mudança de consciência é feito na vivência. Cito os projetos 1 e 3, que relatam a mudança na direção metodológica de rodas de conversas, utilizando-se da pedagogia freiriana. A transformação se faz através da reflexão sobre o que fazer, quando há a mudança de postura de quem conduz, que passa a valorizar a fala e as experiências das participantes. A problematização sobre o que se vive, oportuniza que os sujeitos possam construir novas concepções sobre si. A roda possibilita que seus participantes tenham autonomia para construir estas novas leituras de mundo em seu tempo e com seus conteúdos.

Também há um componente ético neste processo de reflexão, quando as profissionais passam a refletir sobre suas escolhas quanto à condução das rodas e quando sua escolha é pela classe trabalhadora, no momento em que se identificam e passam a se solidarizar. Este processo de mudança de postura na condução se realiza com a alteridade, com a partilha de afetos e sem a intenção de haver um saber que se sobrepõem.

O processo educativo, não se limita a trazer informações sobre os temas que a equipe técnica deseja. Na educação popular o diálogo substitui a concepção 'bancária' da educação, a qual apresenta-se como um instrumento de opressão (FREIRE, 2019). Ao incluir as participantes na organização das rodas, com a escolha dos temas, faz-se a circularidade do poder, gerando cumplicidade e respeito nas discussões. Este é um movimento importante para a construção de uma democracia ativa.

A presença da universidade, como espaço de pesquisa, está presente em todos os relatos, com o foco na relação teoria e prática, e na formação profissional. A extensão universitária tem papel importante, rompendo os muros da universidade e promovendo a interlocução dos saberes científicos com os saberes populares. A seção 2.4 Educação Popular: círculos de cultura, diálogos e a amorosidade, apresenta possibilidades de fortalecimento do comprometimento social da universidade através da extensão, com direção na educação popular.

Saliento a importância da dimensão investigativa no serviço social para além do meio acadêmico. A educação popular, com metodologias como pesquisa-ação²³, pode romper com os muros da universidade oportunizando que outros profissionais, e a comunidade em geral, compartilhem desta vivência, possibilitando a produção de mais literatura sobre suas práticas através de relatos de experiências. Esta metodologia apresenta um importante papel como escrita científica, provocando inspiração de novas práticas profissionais.

Para Vigotski (2018) a atividade criadora do homem, está intimamente ligada a condutas anteriormente elaboradas. Para o autor, o novo constrói-se com base em experiências já vividas, em um processo de reelaboração destas vivências, criando outras possibilidades. A criatividade relaciona-se com a riqueza e diversidade das experiências acumuladas, o que justifica a necessidade de ampliá-las. Porém, a criatividade também se orienta pelo que foi vivido e compartilhado por outrem. Assim, a experiência alheia ou social "transforma-se em meio de ampliação da experiência de uma pessoa porque,

²³ tipo de pesquisa social que é realizada em parceria entre o pesquisador e participantes, de forma cooperativa, com uma ação para a resolução de um problema coletivo, supondo a intervenção do pesquisador na própria realidade social do local (CORREA, et al., 2018).

tendo por base a narração ou a descrição de outrem, ela pode imaginar o que não viu, o que não vivenciou diretamente em sua própria experiência” (VIGOTSKI, 2018, p. 27).

O autor também cita a relevância do caráter emocional e afetivo nesta relação com a criação. Finalizando esta temática, ainda traz a possibilidade da imaginação vir da abstração, com a possibilidade de ser objetivada e passar a existir no mundo concreto.

O pensamento de Vigotski está presente na educação popular, na valorização da experiência dos sujeitos envolvidos, partindo do conhecimento já adquirido para ampliar sua visão de mundo. Considera o conhecimento como uma construção coletiva, feita a partir da partilha de experiências, a qual traz um caráter afetivo na identificação com o outro, fortalecendo vínculos e a solidariedade. Por fim, traz o esperar, com a possibilidade de construir, de forma coletiva, um sonho comum com novas formas de realidade, inspirando a luta e organização, para que estas ideias possam se objetivar.

Assim, a partilha de vivências, através da escrita científica, provoca uma reflexão sobre a prática, em um exercício de relação de teoria e prática, para quem a vivenciou e oferece possibilidades de novas práticas para quem as lê.

A realidade de muitas profissionais de serviço social está distante do ambiente universitário, seja pela distância física ou pela falta de oportunidade de acesso. Por vezes, o único contato com esta realidade é através da escrita científica, o que torna importante que a linguagem desta escrita provoque identificação com seu fazer profissional, estimulando sua criatividade e possibilitando a transformação na realidade.

Nesta direção, se faz necessário fomentar a produção de artigos com relato de experiências em serviço social, já que outras metodologias se mostraram predominantes. Foram encontrados nove artigos com pesquisas bibliográficas, documental, de reflexão teórica ou de campo com entrevista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível fazer um resgate histórico que mostra a influência da educação popular no período de reconceituação do serviço social. As condições em que o país se encontrava naquela época eram de um regime ditatorial de forte opressão e escassez de liberdade, o que provocou uma reflexão crítica em parcela da sociedade, que se organizaram e mobilizaram-se na luta por direitos sociais. O serviço social, como uma profissão que luta pelos direitos humanos, estava imersa neste movimento guiado pela educação popular.

Após o golpe de 2016, que impôs um governo ultra neoliberal e que se soma posteriormente ao neofascismo, nos impôs tempos de retrocessos de direitos sociais e aumento da pobreza. Frente a conjuntura de distopia que vivemos, esta pesquisa apresenta um crescimento expressivo de publicações envolvendo a educação popular nos últimos dois anos, representando 42,8% de todas as produções do recorte feito aqui.

A educação popular está relacionada à mobilização e organização popular por direitos sociais. Apresenta-se como um meio de unificar diversos extratos sociais através da solidariedade em busca de uma transformação da realidade. O contexto social que aflorou o movimento, assemelha-se ao que vivemos hoje de apatia política na população. O resultado demonstrado, com o crescimento do interesse pela temática, nos faz esperar um futuro melhor, indo na contrapartida da distopia que nos é imposta.

A assistente social possui uma atribuição pedagógica que é inerente a sua intervenção profissional. Ao longo da história da profissão, esta foi guiada por diferentes pedagogias, inseridas no contexto sócio-histórico de sua época. Em um primeiro momento, a prática educativa era guiada por um viés individualista e de reforma moral. As práticas profissionais eram comumente de cunho assistencialistas e naturalizavam as desigualdades. Posteriormente, houve uma tendência de integração e promoção social, na qual a prática educativa passa a ter mais relevância nestes processos com o desenvolvimento de caminhos para que os indivíduos alcançassem o seu bem-estar.

Por fim, em um processo de reconceituação da profissão, a categoria passa a refletir criticamente sobre sua intervenção e se assume como classe trabalhadora, passa para uma perspectiva de pedagogia crítica e emancipatória. Agora a profissão fundamenta-se em na teoria social crítica em Marx, que traz o despertar de uma consciência política coletiva, no anseio de uma nova cultura construída pela classe trabalhadora.

Apesar da prática educativa ser inerente à profissão, por vezes ela é compreendida como meramente a transmissão de informações sobre direitos. De uma forma passiva e que se assemelha a concepção 'bancária', assim a liberdade e autonomia desta usuária pode ser percebida como a escolha que ela realiza em ir ou não atrás do seu direito. Desta forma, torna-se relevante incluir na formação das assistentes sociais temas que se relacionam ao processo educativo, na compreensão da necessidade de uma prática pedagógica crítica para o planejamento das ações que se propõem executar, e que esta esteja em convergência com o projeto ético-político da profissão.

A educação popular pode contribuir nesta prática pedagógica, já que é uma pedagogia crítica, que surge do contexto popular da nossa realidade e é usada como orientação no trabalho social de diversas profissões que tem direcionamento crítico. Assim, este direcionamento pode conduzir a um trabalho trans/interdisciplinar, na construção de um novo conhecimento em respeito a diversidade dos profissionais inseridos.

A educação popular apresenta-se como práxis, e não como uma teoria em substituição de estudos teóricos sobre o método dialético em Marx, que é a base da formação em Serviço Social, e que finda no caminho metodológico da intervenção profissional. A educação popular apresenta elementos constitutivos que se mostram valerosos para a prática profissional da assistente social.

Uma roda de conversa pode tornar-se um Círculo de Cultura, quando guiado pela pedagogia freiriana, como mostrou-se em dois dos artigos estudados. A mudança se dá, quando as profissionais fazem uma reflexão crítica sobre sua inserção no mundo, sobre suas escolhas e sua atuação no trabalho. O que resulta na construção de um espaço de efetiva participação popular, oferecendo autonomia ao grupo para a escolha dos temas, proporcionando a

partilha de experiências com respeito a cultura de cada participante e promovendo o diálogo. A roda não é da profissional, mas do grupo que se encontra ali e do qual ela faz parte, sua condução se dá na problematização das experiências que são trazidas, para que haja uma reflexão crítica sobre ela e assim provoque transformações.

Através da pesquisa de revisão sistemática da literatura, identifiquei que a educação popular está presente nas práticas de assistentes sociais no campo da saúde, o que converge com preceitos do SUS, especialmente pela Lei nº8.142 que versa sobre a participação popular através conferências e conselhos populares, assim como nos processos de promoção de saúde.

Foi possível perceber como a educação popular oferece meios de realizar trabalhos complexos, circundando diversos saberes, espaços e atores em uma totalidade. Isto é necessário quando há a concepção de saúde envolvendo dimensões biopsíquicosocial e espiritual.

Também foi evidenciada a valorização de relatos de experiências no campo da saúde, convergindo com a abordagem metodológica de construção compartilhada de conhecimento que consta na PNEPS, a qual apresenta a concepção de Paulo Freire de que a educação se faz com o outro, valorizando a partilha de sua experiência com os outros.

Na educação popular a escrita é importante como um meio de fazer uma reflexão crítica sobre o que se está escrevendo, um momento de suspensão do seu cotidiano para relacionar sua prática com a teoria. Desta forma, o relato de experiência inspira quem escreve e quem lê.

Concluo que a educação popular, apresenta relevância ao serviço social, como uma prática pedagógica que orienta o planejamento das intervenções profissionais. É possível afirmar que esta partilha de princípios que fundamentam o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), dos quais cito: a liberdade; autonomia; emancipação; ampliação e consolidação da cidadania, que podem ser objetivadas através da reflexão crítica das ações. Também é possível citar a equidade e justiça social, que se relacionam com a dissolução do poder, o diálogo e respeito à cultura local, que se relaciona com a garantia da pluralidade e respeito à diversidade. Ainda, traz a proposição de uma

transformação consciente da realidade, relacionada com uma nova ordem societária sem dominação, exploração como consta no Código de Ética já citado.

REFERENCIAIS

- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 456-475, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/cTU47>. Acesso em: 30 out. 2020.
- ABREU, M. M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalterna. **Revista Políticas Públicas**, v. 22, p. 385-402, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/imorD>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- _____. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANHUCCI, L. P. K.; SILVA, C. N. Educação popular: desafios postos pela pós-modernidade. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**: 6., 2013, São Luís. Anais eletrônicos. Disponível em: <encurtador.com.br/kGJT6>. Acesso em: 24 set. 2019.
- BATISTA, N. A. Educação interprofissional em Saúde: concepções e práticas. **Caderno FNEPAS**, v. 2, n. 2, p. 25-28, jan. 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/pEG37>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/4211>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- _____. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- _____. Círculo de Cultura. In: STRECK, D., REDIN, E., ZITKOSKI, J. J. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. Ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 117-119, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS: gestão participativa: co-gestão**. 2. ed. 4. reimpressão, Série B, Textos Básicos de Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização Brasília, 2009.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação popular em Saúde**. Brasília, DF: MS; Sgep, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/wxBG5>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e BalkysVillalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS,1993.

_____. **Resolução CFESS n. 594, de 21 de janeiro de 2011a**. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Disponível em: <encurtador.com.br/hkmGZ>. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS-CRESS 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/hvGU5>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CISNE, M. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres e para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <encurtador.com.br/admHU>. Acesso em: 25 nov. 2020.

COELHO, M. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (Coletânea Nova de Serviço social).

CORREA, G. C. G.; CAMPOS, I. C. P.; ALMAGRO, R. C. Pesquisa-ação: uma abordagem prática de pesquisa qualitativa. **Ensaios Pedagógicos**, Sorocaba, v.2, n.1, p. 62-72, jan./abr. 2018.

COSTA, M. V. *et al.* **Educação Interprofissional em Saúde**. Natal: SEDIS-UFRN, 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/suPV5>. Acesso em: 05 dez. 2020.

DULLO, E. Paulo Freire e a produção de subjetividades democráticas: da recusa do dirigismo à promoção da autonomia. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 23-43, dez. 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/zCM05>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FÁVERO, O. Coerência. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.125-127, 2010.

FORSTER, M. M. S, Educador/Educando. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. Ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.242-245. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução: Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife. Disponível em: <encurtador.com.br/dqNO4>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001a.

_____. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

GADOTTI, M. Educação popular, Educação social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/ANS19>. Acesso em: 04 out. 2020.

_____. Poder. In: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 523-526, 2010.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/eiqvJ>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GHIRALDELLI Jr., P. **O que é Pedagogia**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GIAQUETO, A. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão**. eBook - Jundiaí: Paco, 2015.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 395-411, dez. 2013. ISSN 1982-8918. Disponível em: <encurtador.com.br/artAN>. Acesso em: 30 out. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica**. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

KRONBAUER, L. G. Ação-reflexão. In: STRECK, D., REDIN, E., ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.41-43, 2010.

LIMA, L. O. et al. Perspectivas da Educação popular em Saúde e de seu Grupo Temático na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). **Ciênc.**

saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2737, jul. 2020. Disponível em: < encurtador.com.br/bcHI8 >. Acesso em: 31 out. 2020.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. Ações socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília, v.11, n. 21, p.211-237, jan./jun. 2011.

MACHADO, A. M. B. A relevância da educação popular para o Serviço Social. **Educação Unisinos**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 123–136, maio/ago. 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/oBKV7 >. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____.; SILVA, A. M.; TOLENTINO, G. M. P. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 70-87, abr. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/fjos6>. Acesso em: 27 set. 2019.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003. (Série livros- texto; 3)

MARTINS, K. O.; LACERDA Jr., F. A contribuição de Martín-Baró para a o estudo da violência: uma apresentação. **Revista de Psicologia Política**, p. 569-589, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de L. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIOTO, R. C. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Conselho federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess; Abepss, 2009.

MUSTAFA, M. A. M. Código de ética do/da assistente social – 25 anos: Desafios do Trabalho Profissional. In: Conselho Regional de Serviço Social -3ª região. **Desafios atuais do trabalho do assistente social no contexto da ética profissional**. Fortaleza: Socialis, 2019.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD; ABEPSS 1999. (Módulo 1).

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, L. C. de et al. Diálogos entre Serviço social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serv. Soc. Soc.**, São

Paulo, n. 114, p. 381-397, jun. 2013. Disponível em:
<encurtador.com.br/nG237>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PALUDO, C. Educação Popular. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 236-238, 2010.

PEREIRA, T. I. A vida ensina: o “saber de experiência feito” em Paulo Freire. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], p. 112–125, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.6896. Disponível em: <encurtador.com.br/uvzPR>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ROSSATO, R. Práxis. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.538-540 2010.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, pp. v-vi, abr./jun. 2007. Disponível em:
<encurtador.com.br/civAZ>. Acesso em: 03 out. 2020.

SCHEFFER, G. Pedacos do Tempo: legado de Paulo Freire no Serviço social **.Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 292 - 311, jan./jun. 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/xBCX9>. Acesso em: 05 out. 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

SUNG, J. M. Liberdade. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 401-403, 2010.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 12, n.1, p. 202-227, jul./dez. 2009

TROMBETTA. S. Alteridade. In. STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p.58-61, 2010.

VALLA, V. V.; MARTELETO, R. Informação e educação popular - o conhecimento social no campo da saúde. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, 2003. Disponível em: <encurtador.com.br/jklMQ>. Acesso em: 31 out. 2020.

VASCONCELOS, E. M. Da hiperpsicologização normatizadora ao recalçamento da subjetividade: notas históricas sobre Serviço Social,

subjetividade e saúde mental no Brasil e no Rio de Janeiro. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). **Saúde Mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 181-214.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e Criação na Infância**. Tradução e revisão técnica: Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

ZITKOSKI, J. J. A refundamentação da educação popular à luz de uma nova racionalidade proposta por Freire e Habermas. **Rev. Ciênc. Hum.**, Ed. URI – Frederico Westphalen, v.1, p. 93-109, 2000.

ZOLTOWSKI, A. P. C. et al. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 97-104, mar. 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/vFRT5>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

**APÊNDICE A - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DOS 28 ARTIGOS
ENCONTRADOS**

Artigos com participação de assistentes sociais na autoria e com relato de experiência	<p>BERNARDO, M. H. J. <i>et al.</i> A Saúde No Diálogo Com a Vida Cotidana: A Experiência Do Trabalho Educativo Com Idosos No Grupo Roda Da Saúde. Revista de Atenção Primária a Saúde, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 504–509, 2009. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=49892641&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020</p>
	<p>BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha et al . Gestão participativa no SUS e a integração ensino, serviço e comunidade: a experiência da Liga de Saúde da Família, Fortaleza, CE. <i>Saúde soc.</i>, São Paulo , v. 21, supl. 1, p. 80-93, May 2012 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2020</p>
	<p>SAMPAIO, J. <i>et al.</i> Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [s. l.], v. 18, p. 1299–1311, 2014. DOI 10.1590/1807-57622013.0264. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=110801455&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p>
	<p>DE SOUSA MARTINS, R. A.; JULIÃO, C. H. A Comunicação E Saúde E a Educação popular Como Estratégias De Concretização Dos Direitos. Intervenção Social, [s. l.], n. 42–45, p. 111–124, 2015. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=114150712&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020</p>
	<p>OLIVEIRA, Lucia Conde de et al . Diálogos entre Serviço social eeducação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. <i>Serv. Soc. Soc.</i>, São Paulo , n. 114, p. 381-397, June 2013 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
Artigos com participação de assistentes sociais na autoria e sem relato de experiência	<p>BATISTA MACHADO, A. M. A relevância da educação popular para o serviço social . Educação Unisinos, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 123–136, 2013. DOI 10.4013/edu.2013.172.05. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=92749884&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020</p>
	<p>CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de; CARVALHO, Roberto Francisco de. Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras. <i>Rev. katálysis</i>, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 457-467, Sept. 2019 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300457&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
	<p>DA CONCEIÇÃO COSTA, L. T.; BRITO DOS SANTOS, J. W. Serviço social ,educação popular e saúde: elementos de debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. Revista de Educação popular, [s. l.], p. 67–82, 2020. DOI 10.14393/rep-2020-53271. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=144662976&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p>

APÊNDICE A - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DOS 28 ARTIGOS ENCONTRADOS

(continua)

	<p>DE OLIVEIRA, L. C. <i>et al.</i> Participação popular nas ações de educação em saúde: desafios para os profissionais da atenção primária. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [s. l.], v. 18, p. 1389–1399, 2014. DOI 10.1590/1807-57622013.0357. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=110801462&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p> <p>GAVIRAGHI, Fabio Jardel; GOERCK, Caroline; FRANTZ, Walter. As incubadoras sociais do Rio Grande do Sul na base de fomento da práxis emancipatória: algumas problematizações. <i>Interações (Campo Grande)</i>, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 461-473, June 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000200461&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p> <p>LEONARDI, F. G.; SEVERINO ASSUMPCÃO, R. P. Inquietações, provocações, reflexões, acolhida e encontro promovido pela educação popular e o serviço social : um diálogo com Oscar Jara. Revista de Educação popular, [s. l.], p. 242–258, 2020. DOI 10.14393/rep-2020-53044. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=144662987&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p> <p>MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. <i>Serv. Soc. Soc.</i>, São Paulo, n. 109, p. 151-178, Mar. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p> <p>MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andréa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço social brasileiro (1980-2010). <i>Serv. Soc. Soc.</i>, São Paulo, n. 134, p. 70-87, Apr. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100070&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p> <p>SANTOS CARNEIRO CRUZ, P. J. <i>et al.</i> Educação popular em Saúde: concepção para o agir crítico ante os desafios da década de 2020. Revista de Educação popular, [s. l.], p. 6–28, 2020. DOI 10.14393/rep-2020-56014. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=144662973&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p>
<p>Artigos sem participação de assistentes na autoria</p>	<p>ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. <i>Soc. estado.</i>, Brasília, v. 25, n. 3, p. 539-560, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p> <p>BASTOS, Pablo Nabarrete. MST e Escola Nacional Florestan Fernandes: formação, comunicação e socialização política. <i>Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.</i>, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 129-142, Aug. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000200129&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>

APÊNDICE A - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DOS 28 ARTIGOS ENCONTRADOS

(continua)

<p>CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. <i>Sur, Rev. int. direitos human.</i>, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 36-63, 2005 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
<p>CONSTANT PACHECO, L. Interiorização e revolução: o acesso à educação pública superior na Zona da Mata Sul Pernambucana como meio de transformação dos estudantes. Revista de Educação popular, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 137–156, 2020. DOI 10.14393/rep-2020-52349. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=145977905&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p>
<p>DE SOUZA TEIXEIRA, C.; DE LIMA, S. Ensino de Espanhol na educação de jovens e adultos. Revista de Educação popular, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 158–178, 2019. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=141557060&lang=pt-br&site=ehost-live. Acesso em: 28 nov. 2020.</p>
<p>FARIA, Lina et al. Integração ensino-serviço-comunidade nos cenários de práticas na formação interdisciplinar em Saúde: uma experiência do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) no sul da Bahia, Brasil. <i>Interface (Botucatu)</i>, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1257-1266, Dec. 2018 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000401257&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
<p>GOMES, Danusa Fernandes Rufino; MOREIRA, Marina Figueiredo; SILVA FILHO, Eval Pereira da. Participação cidadã: o gap da governança digital nas autarquias e fundações da educação no Brasil. <i>Organ. Soc.</i>, Salvador, v. 27, n. 94, p. 431-458, Sept. 2020 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302020000300431&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
<p>GONCALVES, Luiz Gonzaga; ZITKOSKI, Jaime José. O lugar da pesquisa nos Centros Regionais de Pesquisa Educacional nos anos 1950 e 1960: revisitando experiências de educação popular a partir do paradigma indiciário. <i>Rev. Bras. Estud. Pedagog.</i>, Brasília, v. 100, n. 255, p. 348-365, Aug. 2019 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812019000200348&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>
<p>MALFITANO, Ana Paula Serrata; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; LOPES, Roseli Esquerdo. Um relato de vida, um caminho institucional: juventude, medicalização e sofrimentos sociais. <i>Interface (Botucatu)</i>, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 701-714, Sept. 2011 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Nov. 2020.</p>

APÊNDICE A - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DOS 28 ARTIGOS ENCONTRADOS

(continua)

NASCIMENTO, Raimundo Benedito do; TROMPIERI FILLHO, Nicolino. Correio eletrônico como recurso didático no ensino superior: o caso da Universidade Federal do Ceará. <i>Ci. Inf.</i> , Brasília , v. 31, n. 2, p. 86-97, Aug. 2002 . Availablefrom< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200010&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 28 Nov. 2020.
PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. <i>Avaliação (Campinas)</i> , Sorocaba , v. 25, n. 1, p. 27-51, Apr. 2020 . Availablefrom< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000100027&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 28 Nov. 2020.
RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. <i>An. mus. paul.</i> , São Paulo , v. 15, n. 2, p. 221-255, Dec. 2007 . Availablefrom< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200019&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 28 Nov. 2020.
SOARES, Marcelo Luiz Medeiros. Produção do conhecimento sobre educação popular e audiologia na atenção primária. <i>Rev. CEFAC</i> , São Paulo , v. 18, n. 3, p. 789-800, June 2016 . Availablefrom< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462016000300789&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 28 Nov. 2020.
TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. TRAJETÓRIAS DO IDEÁRIO PARTICIPATIVO NO BRASIL. <i>Cad. CRH</i> , Salvador , v. 33, e020002, 2020 . Availablefrom< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792020000100500&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 28 Nov. 2020.